

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

## A (In) Exclusão das pessoas surdas

Sofia Isabel Ferreira Batista

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Serviço Social

Orientador(a):

Doutora Maria João Barroso Pena, Professora Auxiliar Convidada

ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Setembro 2013

## Agradecimentos

Á minha orientadora de mestrado, Doutora Maria João Pena, por todo o apoio e disponibilidade desde o momento em que aceitou orientar esta dissertação até ao final do caminho percorrido de toda a preciosa orientação.

A todos os professores da licenciatura e mestrado que ao longo dos anos contribuíram para o aumento dos meus conhecimentos e capacidades profissionalmente e pessoalmente.

A toda a equipa de Associação dos Surdos de Évora que prontamente colaboraram no estudo, partilhando as suas experiencias, saberes e a prática profissional e pessoal, muito obrigada.

A todos os surdos que se disponibilizaram a participar neste estudo, apesar do cansaço e desafio, sem eles o presente estudo não seria possível.

Uma palavra de apreço à Associação Portuguesa de Surdos, que, sem colocarem qualquer barreira, se disponibilizaram a auxiliar nos pré-testes decorridos na investigação.

Aos meus amigos pela amizade e a quem roubei algum do pouco tempo disponível.

À minha família por todos os momentos e com dificuldades em encontrar palavras para agradecer...MUITO OBRIGADA:

“As famílias unidas  
São bem mais felizes  
Que os irmãos e irmãs  
Que andam separados.  
Os seres mais felizes  
São a gente sadia  
À volta de uma lareira  
Círculo inquebrantável  
Que só a morte desfaz  
E os melhores encontros  
De que há memória  
São as reuniões familiares  
Ao fim de um dia de trabalho.”

E.G.

## **Resumo**

Analisando o facto de que a (in) exclusão das pessoas surdas na sociedade ser cada vez mais uma área que necessita de ser acompanhada a fim de se encontrarem medidas para um apoio mais activo á comunidade surda, acrescido ao facto de o serviço social ser uma área em que o principal objectivo de intervenção consiste em promover a mudança social, colaborando com aqueles que se encontram em situação de fragilidade, revelou-se para nós importante, estudar quais os maiores desafios da comunidade surda e qual a perspectiva desta da sua inclusão na sociedade a fim de podermos auxiliar a criar estratégias e parcerias para colmatar ou suprimir algumas necessidades mais imediatas ou até de longo prazo.

Para tal, optamos por um estudo de cariz dedutivo e quantitativo apresentando uma investigação de carácter descritiva e exploratória uma vez que pretende compreender de que forma as pessoas surdas se sentem incluídas na sociedade, tendo sido escolhido como instrumento de recolha de dados o inquérito por questionário.

A análise dos dados recolhidos permitiu-nos observar que a família é o sistema com maior incidência de recorrência sendo missão do assistente social, através do trabalho em rede, promover a rede de apoio íntima como a família, a fim de em parceria, colmatarem ou reduzirem as necessidades das pessoas surdas e criar estratégias e apoios que possam auxiliar a colmatar e suprimir as necessidades das pessoas surdas.

**Palavras-Chave:** Exclusão Social, Inclusão Social, Intervenção do Serviço Social e Surdez

## **Abstract**

Analysing the fact that the (in) exclusion of deaf people in society is increasingly an area that needs to be followed so measures can be taken to give the deaf community a more active support, plus the fact that the social service is an area where the main goal is to promote social change cooperating with those who are in more fragile situations, we found it important to study which the biggest challenges of the deaf community are and their perspective on their inclusion in society in order to help creating strategies and partnerships to mitigate and even suppress some of the more immediate needs or even the needs on the long run.

In order to do that we have chosen a deductive and quantitative study presenting a more descriptive and exploratory research since we want to understand the way that deaf people feel included in society, and we have chosen as a tool for data collection the questionnaire survey.

The analysis of the data collected during the survey allowed us to understand that the family is the most chosen base support. And the social worker's mission, through the network and in a close partnership with the family, is to promote this intimate support given by the family in order to minimize or reduce deaf people's needs and create strategies and means of support that can help mitigate or even suppress those needs.

**Key words:** Social Exclusion, Social Inclusion, Social Work Intervention and Deafness

## Índice geral

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – EXCLUSÃO SOCIAL, SURDEZ E SERVIÇO SOCIAL: CONCEITOS E INTERRELAÇÃO.....	4
1. Surdez: Problema auditivo.....	4
1.1 Evolução histórica e Direitos Humanos.....	4
1.2 Definição de surdez e Grau de surdez.....	5
1.3 Caracterização da pessoa surda.....	7
1.3.1. Idade de aquisição da surdez.....	7
1.3.2. Linguagem e interacção social.....	7
2. Exclusão social.....	8
2.1. Definição de Exclusão Social.....	8
2.2. Surdez e Exclusão social: A desigualdade de oportunidades como forma de exclusão social.....	14
2.3. Intervenção do Serviço Social na Exclusão Social.....	15
CAPÍTULO II – METODOLOGIA.....	19
1. Tipo de pesquisa e estratégia de investigação.....	19
2. Delimitação do campo empírico.....	20
3. Técnicas de recolha de dados.....	22
4. Técnicas de tratamento e análise de dados.....	23
CAPÍTULO III – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	24
1. Caracterização sociodemográfica da população.....	24
2. A (in) exclusão social das pessoas surdas nos diferentes sistemas.....	30
CONCLUSÃO.....	36
BIBLIOGRAFIA.....	40
ANEXOS.....	I
ANEXO A – Despacho n.º 7520/98.....	II
ANEXO B – Questionário às pessoas surdas.....	VI
CURRICULUM VITAE.....	XIII

## Índice de quadros

Quadro 3.1. - Nº Questionários.....	31
Quadro 3.2. – Idade.....	31
Quadro 3.3. – Sexo.....	31
Quadro 3.4. - Situação Conjugal.....	32
Quadro 3.5. - Habilitações Literárias.....	32
Quadro 3.6. - Correlação entre Habilitações Literárias e Idade.....	32
Quadro 3.7. – Profissão.....	33
Quadro 3.8. – Rendimento.....	33
Quadro 3.9. - Fontes de rendimento.....	34
Quadro 3.10. – Habitação.....	34
Quadro 3.11. - Condições de Habitabilidade.....	35
Quadro 3.12. - Habitação responde às necessidades.....	35
Quadro 3.13. - Não corresponde às necessidades.....	35
Quadro 3.14. - No ensino escolar teve algum apoio.....	36
Quadro 3.15. - Tipos de apoios.....	36
Quadro 3.16. - Sistemas em que as pessoas surdas se sentem mais excluídas.....	37
Quadro 3.17. - contactos e frequência de contactos com as redes de apoio primárias.....	38
Quadro 3.18. - contactos e frequência de contactos com as redes de apoio.....	39
Quadro 3.19. – Actividades e frequência de participação em actividades.....	41
Quadro 3.20. - Grau de satisfação perante o apoio prestado.....	42

## **Índice de figuras**

Figura 1.1. - Classificação de surdez.....	12
--	----

## **Glossário de siglas**

- ASE – Associação dos Surdos de Évora
- ONG -Organizações Não-Governamentais
- IFSW - International Federation of Social Workers
- SCM – Santa Casa da Misericórdia
- CVP – Cruz Vermelha Portuguesa
- APS – Associação Portuguesa dos Surdos

## INTRODUÇÃO

Todo o ser humano precisa de ser compreendido e ouvido por outro ser humano ou por um conjunto deles, não ter audição é condição para a possibilidade de não existir comunicação e por conseguinte não se fazer compreender e não compreender o outro. A surdez pode apresentar repercussões irreversíveis, não apenas nesta redução da comunicação e compreensão mas pode levar ao isolamento social aumentando a dependência, limitando as actividades sociais e levando mesmo a exclusão social.

A (in) exclusão das pessoas surdas na sociedade é cada vez mais uma área que necessita de ser acompanhada e que requer medidas de apoio á inclusão destas pessoas, tanto na sociedade como no acesso a serviços básicos ou no acesso a direitos civis, políticos, sociais, culturais e económicos. Embora já se possa ver alguns avanços, nomeadamente ao nível da educação das crianças e jovens surdos, com o despacho 7520/98<sup>1</sup> deu-se a mudança de paradigma possibilitando as pessoas surdas a viver e a aprender com direito á sua língua natural – língua gestual portuguesa.

A surdez em Portugal segundo o Instituto Nacional de Estatística (censos 2001) revela uma incidência de 0,8% de surdez para 10 milhões de habitantes no nosso país, tornando ainda mais a questão da surdez muito preocupante.

Analisando esta significativa incidência e observando todos os desafios que surgem no dia-a-dia das pessoas surdas e familiares verifica-se que o trabalho que tem sido realizado nesta área é muito precoce incluindo os poucos estudos realizados. Tal facto pode contribuir para uma desigualdade de oportunidades e uma crescente exclusão social das pessoas surdas. Em diversos níveis a igualdade entre as pessoas surdas e a sociedade em geral está muito aquém de ser equilibrada, havendo uma discriminação das pessoas surdas e efectivamente uma situação de exclusão social.

Não obstante da existência de diversos artigos constitucionais e leis<sup>2</sup> que conferem direitos ás pessoas surdas, a realidade existente e vivenciada por estas pessoas fica aquém do que consta nos artigos e leis referenciados anteriormente. Um reconhecimento formal dos

---

<sup>1</sup> Em anexo - Despacho n.º 7520/98 dos Gabinetes dos Secretários de Estado da Administração Educativa e da Educação e Inovação

<sup>2</sup> Declaração Universal dos Direitos do Homem; Pactos Internacionais sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais bem como Direitos Civis e Políticos; entre outros.



direitos concedidos pelo Estado em alguns casos ajuda na luta pela inclusão social como é o caso do despacho 7520/98 mas deixa um longo caminho a ser percorrido na luta pela cidadania havendo a necessidade também de implementar estratégias para garantir o seu exercício. Uma vez que o serviço social intervém na protecção das diferenças individuais e de grupo promovendo a satisfação das necessidades humanas e o desenvolvimento de todo o potencial dos indivíduos de forma a criar condições de justiça social, torna-se fundamental promoverem o reconhecimento dos direitos destas pessoas enquanto membros activos da sociedade trabalhando em parcerias de forma a puderem contribuir para uma melhoria da qualidade de vida das pessoas surdas.

Para além disso, o assistente social bem como as redes de apoio social (primárias, secundárias, terciárias) devem saber quais os maiores desafios da comunidade surda para que encontrando estratégias, possam capacitar os utentes para alterarem a sua própria situação. Assim, é de todo útil saber quais os maiores desafios da comunidade surda e qual a perspectiva desta da sua inclusão na sociedade a fim de podermos criar estratégias e parcerias (tanto com as redes de apoio social mais próximas como a família ou redes de apoio social secundárias) para colmatar ou suprimir algumas necessidades mais imediatas ou até de longo prazo.

Assim, neste estudo a pergunta de partida apresenta-se como: Qual a perspectiva das pessoas surdas acerca da sua inclusão na sociedade?

No seguimento desta questão apresentamos os objectivos propostos para esta investigação:

- Caracterizar do ponto de vista socio demográfico as pessoas surdas apoiadas pela ASE.
- Avaliar o processo de Inclusão Social das pessoas surdas;
- Compreender a intervenção dos Assistentes Sociais na inclusão das pessoas surdas;
- Explicitar do ponto de vista das pessoas surdas quais os maiores desafios do seu dia-a-dia;
- Encontrar propostas de prevenção e apoio á integração de pessoas surdas na sociedade

Esta investigação encontra-se dividida em três capítulos: Exclusão social, surdez e serviço social, a fase metodológica e por fim a análise e interpretação dos resultados e sua discussão.

O ponto um do primeiro capítulo trata de enquadrar a surdez como um problema auditivo incorporando a sua evolução histórica e os direitos humanos, a definição de surdez

bem como o seu grau e a idade para aquisição da mesma. No final deste ponto apresentamos uma abordagem da linguagem e interação social da pessoa surda.

Foi nossa pretensão, no segundo ponto do primeiro capítulo, abordar a exclusão social, definindo-a, bem como relacionar a surdez com o conceito de exclusão social. Por fim, neste mesmo capítulo, abordamos a intervenção do serviço social na exclusão social.

No segundo capítulo, são analisados os instrumentos utilizados que neste caso foi apenas o recurso ao SPSS 20.0 (Statistical Package for the Social Sciences).

No terceiro capítulo, procedemos á apresentação dos resultados da informação recolhida e á sua discussão através da análise sociodemográfica das pessoas surdas bem como os sistemas níveis mais elevados de exclusão.

Reservamos o último ponto para a apresentação da conclusão onde serão apresentados os principais resultados, algumas limitações do estudo realizado, sugestões para o método de intervenção, bem como, sugestões para os possíveis futuros estudos nesta área. Importa ainda salientar que esta dissertação não se encontra segundo o acordo ortográfico de forma propositada.

## **CAPITULO I – EXCLUSÃO SOCIAL, SURDEZ E SERVIÇO SOCIAL: CONCEITOS E INTERRELAÇÃO**

### **1. Surdez: Problema auditivo**

#### **1.1. Evolução Histórica e Direitos Humanos**

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”

Artigo 1º

Declaração Universal dos Direitos do Homem

A pessoa surda tem direitos dos quais se destacam os direitos defendidos na Convenção Europeia dos Direitos do Homem, o direito a vida, à liberdade, à integração física e mental, e à privacidade. A sociedade também confere ao cidadão o direito à liberdade de pensamento, de expressão e educação “incumbindo ao estado proteger e valorizar a língua gestual Portuguesa enquanto expressão cultural e de instrumento de acesso à educação e igualdade de oportunidades” (artigo 74º da Constituição da República Portuguesa).

A pessoa surda, tem também, de entre tantos outros, “direito à vida associativa, à formação profissional e emprego e à informação e cultura “ (artigo 2º, 8º e 11º da carta dos direitos da pessoa surda). Exercendo direitos que por base todo o ser humano deve usufruir e ter ao seu dispor, implicando que todos os serviços sejam igualmente acessíveis a todas as pessoas.

Apesar da existência de artigos constitucionais e leis regulamentadas pelo Estado que conferem as pessoas surdas os direitos inerentes aos seres humanos, a realidade transmitida e vivenciada poderá não corresponder a esta indicação, havendo um distanciamento entre o que está regulado e a realidade social.

Durante quase um século, a comunidade surda vem sofrendo ataques corrosivos para a destruição da sua auto-imagem perdendo as suas referências históricas e culturais. Contudo, foi com o reconhecimento científico da língua gestual (ou línguas gestuais se falarmos

internacionalmente) recuperando assim, a herança cultural e a inicial conquista da história futura da comunidade surda. Com o VII Congresso da Federação Mundial de Surdos, em 1975 em Washington, a afirmação da educação e da linguagem na comunidade surda foi afirmada. Implementou-se a comunicação total, em que procurava harmonizar todos os recursos comunicativos: Oralidade, leitura labial, escrita, resíduos auditivos, dactilologia, mímica e língua gestual.

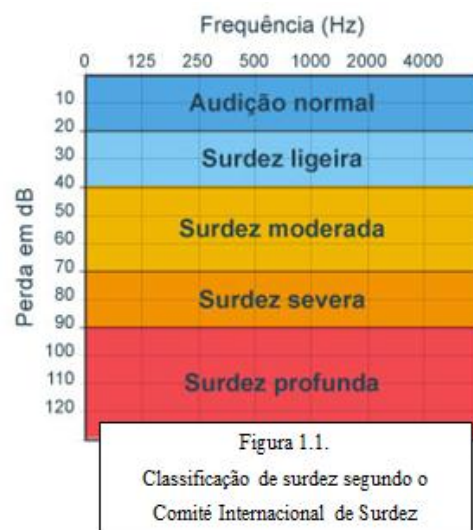
Foi uma luta muito importante o reconhecimento formal dos direitos pelo Estado às pessoas surdas, desde a educação, à justiça, ao acesso à informação, contudo, a luta pela cidadania e pelos direitos continuam, uma vez que depois de serem reconhecidas as leis é necessário implementar medidas e estratégias que garantam a efectividade e o exercício das leis. Para além disso, apenas existirá mudança social caso a reconceptualização da pessoa surda seja feito pela sociedade ouvinte e pela própria pessoa surda.

## 1.2. Definição de surdez e Grau de surdez

“ A pessoa surda é uma pessoa que tem deficiência física, mas, sublinhamos, é uma pessoa que goza dos direitos e deveres consignados na Constituição, que é credora de respeito pela sua eminente dignidade de pessoa humana e que tem direito á protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, pleno.”

(Melo 1998: 203)

Para podermos analisar a definição do conceito de surdez é necessário uma breve abordagem a conceitos gerais que nos levam a deficiência auditiva. As perturbações no sistema auditivo são numerosas e complexas sendo a surdez uma das manifestações mais frequentes. Pode ser caracterizada por uma mudança no funcionamento do sistema auditivo, podendo levar a uma incapacidade de a pessoa entender



qualquer tipo de som (deficiência auditiva total) a uma simples diminuição da capacidade auditiva.

Assim, do ponto de vista médico a surdez é vista como um déficit biológico como consequência de complicações no ouvido, sendo caracterizada em função do grau de perda auditiva mas também de um aspecto fulcral como a idade da aquisição da surdez.

A audição é por norma descrita em decibéis, que consiste na menor pressão necessária para provocar a sensação de audição, sendo esta a medida relativa da intensidade do som. Assim, quanto maior for o número necessário de decibéis para que uma pessoa possa ouvir maior é a perda auditiva (figura 1.1.).

Surdez ligeira: Compreende bem a palavra à intensidade vocal normal, mas em voz baixa ou à distância já tem dificuldades. A maioria dos sons do quotidiano são ouvidos.

Surdez moderada: Compreende a palavra se se aumentar a intensidade vocal. O indivíduo tem tendência a complementar a audição com a leitura labial. Os sons do quotidiano são ouvidos.

Surdez severa: Compreende a palavra em voz forte e próximo da orelha. Só ouve os sons intensos.

Surdez profunda: A compreensão da palavra é impossível. Só ouve os sons muito intensos.

Surdez total: A perda média é de 120 dB. Nenhum som é percebido.

A compreensão da fala é simétrico ao grau de surdez, isto é, quanto maior for a perda auditiva maior é a dificuldade de aquisição da comunicação e da linguagem. Sobre esta temática Vigotsky (1993) defende que a surdez se constitui como um problema biológico privando as pessoas surdas da língua oral e não da utilização de linguagem. Isto significa que o déficit biológico pode incapacitar a pessoa surda de transmissão da língua oral, de linguagem propriamente dita, havendo assim, o código linguístico gestual como forma de comunicação e de aquisição de saberes. Desde 1998 que as orientações para o desenvolvimento da capacidade linguística de surdos em Portugal vão no sentido do ensino ser realizado na sua língua materna – a língua gestual portuguesa. Esta perspectiva vai ao encontro com a posição do autor Russo Lev Semionovitch Vygotsky (1993), havendo o rompimento do método oralista, que obrigava os surdos a viver e a conviver apenas com a língua portuguesa falada, acentuando a desigualdade entre surdos e ouvintes quanto às oportunidades de desenvolvimento. Assim o código linguístico gestual incluindo a leitura labial tornou-se a sua forma de comunicação primordial, e a língua gestual a língua materna da pessoa surda, aquela que a pessoa surda adquire de forma natural, possibilitando o máximo desenvolvimento a nível cognitivo, linguístico, emocional e social.

### **1.3.Caracterização da pessoa surda**

#### **1.3.1. Idade de aquisição da surdez**

A idade de aquisição da surdez é um importante factor na caracterização da surdez, uma vez que pode interferir com o desenvolvimento da pessoa nomeadamente a progressão ao nível do uso da linguagem bem como da formação e educação da pessoa. Para além disso, acredita-se que este factor era uma das variáveis mais importantes para o desenvolvimento da linguagem.

A surdez pode surgir de uma perda auditiva aquando do nascimento do bebé decorrentes de problemas existentes ao longo da gestação (problemas genéticos, infecções) ou em consequência de problemas que ocorrem na altura do parto ou nos dias imediatamente a seguir ao mesmo. A este tipo de surdez denomina-se surdez congénita, e é a forma mais grave de surdez. A surdez adquirida surge após o nascimento, podendo-se apresentar em qualquer idade.

#### **1.3.2. Linguagem e interacção social**

“Considerando que ser-se “Surdo” significa pertencer a uma minoria sócio-linguística e sócio-cultural, designada por “Comunidade Surda”,”  
(carta dos direitos da pessoa surda)

Actualmente, investigadores e estudiosos sobre a surdez observam que as pessoas surdas em qualquer idade e tanto no aspecto social como pessoal têm muitas dificuldades na satisfação de múltiplas necessidades do dia-a-dia. Acredita-se que esses desafios estão directamente relacionados com a capacidade linguística uma vez que, mesmo que se vá colmatando as necessidades, á pessoa surda sempre surgirão novos desafios que tem de ultrapassar, pois, a sociedade tal como ela própria está constantemente em mudança, a qual a pessoa surda se tem que adaptar havendo um esforço muito superior por parte desta.

A linguagem, além de ter uma função comunicativa tem a função de regular o pensamento, sendo essencial para o desenvolvimento cognitivo da pessoa surda. Sob a

perspectiva social observamos a teoria de Vygotsky sendo a questão central a aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com o meio envolvente. Vygotsky (1932) defende que é através das relações sociais, da socialização primária, da interação da criança com o adulto e com o meio que a rodeia que a mesma se desenvolve. Assim, o autor refere-nos que o processo de aquisição da linguagem pela criança segue no sentido do exterior para o interior, isto é, do meio social para o indivíduo. Isso marca a importância das relações sociais no desenvolvimento da criança.

Com a criança surda a situação é a mesma. A compreensão da linguagem pela criança surda ou pela pessoa surda, só se pode entender se houver um conhecimento profundo dos mecanismos que essa pessoa utiliza para ultrapassar as necessidades e atingir todas as capacidades. Para além de todos os factores cognitivos que temos que tomar atenção em relação à pessoa surda, há um bastante importante: A interação com o meio, envolvendo tanto a comunidade surda como a sociedade em geral.

E embora se saiba que as dificuldades cognitivas das pessoas surdas são grandes e têm consequências no atraso da linguagem é importante que toda a sociedade estabeleça pontes que criem condições dignas de sobrevivência e de vivência para as pessoas surdas criando condições que permitam a pessoa surda colmatar as necessidades do dia-a-dia bem como desenvolver as suas capacidades e potencialidades enquanto membro da sociedade.

## **2. EXCLUSÃO SOCIAL**

### **2.1. Definição de Exclusão Social**

“No final do percurso, a noção de excluído está a caminho de sofrer o destino da maior parte dos termos, que foram consagrados, nos nossos dias pela mediocridade dos modos intelectuais e universitários: está saturada de sentidos, de não sentidos e de contra-sentidos”

(Julien Freund *citado em* Alfredo Bruto da Costa, 200: 1)

Considerando que a desigualdade é um princípio inerente a qualquer forma de estruturação social, torna-se importante esperar uma acumulação de recursos (materiais e sociais) e uma capacidade de articulação distintas por parte dos actores concernentes a uma dada realidade. Uma desigualdade não é apenas uma categorização; é algo que viola uma

norma moral de igualdade entre seres humanos, onde as pessoas erradas recebem as melhores recompensas (Göran Therborn, 2010).

A exclusão social surge como um acentuar de desigualdades resultando de uma oposição entre aqueles que perseveram numa participação social através da mobilização de recursos e aqueles que por falta desses mesmos recursos se encontram incapacitados para o fazer. O conceito de exclusão social aplica-se, neste caso, num processo de marginalização, existindo diversas rupturas e falhas entre o indivíduo e a sociedade, resultando de uma desarticulação entre diferentes partes da sociedade e os indivíduos, gerando uma não participação num conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa sociedade opondo-se directamente ao conceito de integração social.

A exclusão resulta de um aspecto multidimensional visto como um conjunto de fenómenos sociais interligados que ajudam à criação do excluído. Assim, a exclusão pode ser originada, por uma desigualdade que Therborn (2010) refere de *Desigualdade existencial* em que existe uma falta de um igual reconhecimento e respeito que gera humilhações para com algumas minorias como, por exemplo, a comunidade surda.

Uma forma de exclusão social e aquela mais abordada é a pobreza. Este conceito é estudado como um fenómeno social diferenciado que existe dentro da exclusão e ambos se completam mutuamente. A exclusão do mercado de trabalho gera pobreza e esta impede que os indivíduos ou famílias acedam a recursos básicos (como o acesso á educação ou ao mercado de trabalho) para poderem ter uma qualidade de vida minimamente aceitável. Contudo, segundo Robert Castel (1990), a concepção de Exclusão Social remete-nos para um processo que ultrapassa em grande escala a pobreza, que apesar de frequentemente associadas, não se verifica sempre coexistirem (Robert Castel *citado em Costa 2001*). A pobreza apresenta-se como uma forma de exclusão social pois a pessoa é excluída de um ou mais sistemas sociais básicos que mais á frente será abordada.

A Exclusão Social, segundo Walker & Walker (1997), é uma formulação mais abrangente que se refere ao processo dinâmico de ser excluído, total ou parcialmente, a partir de qualquer dos sistemas sociais, económicos, políticos, ou culturais que determina a integração social de uma pessoa na sociedade (Walker & Walker *citado em David Byrne 1999*). Assim para analisarmos o conceito de exclusão social é também importante abordarmos o conceito oposto: Integração Social. Sobre esta temática Y. Barel (1990) considera a integração, conceito e palavra, é de uma temível e fecunda ambiguidade. Se observarmos a palavra integração podemos referir que dela deriva acções como tornar completo, incorporado e o estado posterior que daí resulta. Assim, segundo o mesmo autor a integração numa primeira



abordagem trata-se do processo pelo qual um elemento é tornado apto a ser incorporado a um conjunto existente, admitido por ele como membro legítimo de tudo o que constitui. Numa segunda abordagem, a integração designa precisamente o processo pelo qual uma colecção de elementos se transforma num conjunto, num sistema, numa totalidade, isto é, em algo que tem a sua própria unidade, a sua própria especificidade (Y. Barel 1990 *citado em* N. Queloz 2000). A integração na sociedade segundo Dominique Schnapper (1991) “é cada vez mais o produto da participação dos indivíduos na acção colectiva, ou, por referência ao indivíduo, da sua capacidade em elaborar e prosseguir um projecto” (Dominique Schnapper 1991 *citado em* Marc Henry Soulet 2000: 16). É necessário ter em conta que apesar da exclusão social e da integração social serem o verso da mesma medalha, a exclusão de um indivíduo num sistema (por exemplo a exclusão no mercado de trabalho) pode gerar condições para tornar o indivíduo incluído noutra sistema (por exemplo inclusão no sistema de protecção social).

Nesta mesma concepção o reaparecimento da exclusão social faz-se acompanhar de um acentuar de novos factores como sofrimento social, miséria no mundo, vulnerabilidade, precariedade e diversos factores relativos a inserção, cidadania, solidariedade, laços sociais, etc. Todos estes factores tornam evidente que cada vez mais é necessário e urgente compreendê-los para se poder agir acentuando uma dificuldade crescente em conceptualizar a exclusão social. A própria palavra é de carácter bastante negativo sobre aqueles aos quais é aplicada, segundo Michel Wieworka (1994) “falar de exclusão é, no melhor dos casos, interrogar-se sobre a maneira de incluir, ou de voltar a incluir, sem tomar em consideração a especificidade da experiência vivida dos “excluídos”, as suas esperanças, o seu desejo de serem reconhecidos pelo que são e não unicamente pelo que não são” (Michel Wieworka 1994 *citado em* Marc Henry Soulet 2000: 11). A noção de exclusão abrange, assim, um grupo de pessoas cuja ligação primordial se prende com a privação, a falta (de) trabalho, habitação, formação, de acesso às redes de apoio, de participação na sociedade, etc. Passamos portanto para uma exclusão em virtude de uma falha de mecanismos integradores apresentada pelo facto de estar fora da sociedade.

Segundo o Alfredo Bruto da Costa (2001) a Exclusão Social decompõe-se em cinco domínios multidimensionais:

1. Social
2. Económico
3. Institucional
4. Territorial
5. Referencias Simbólicas

O primeiro domínio – social – incorpora os sistemas mais imediatos a que a pessoa se insere, como a família, os mais intermédios como as associações desportivas e/ou culturais e os sistemas mais amplos como a comunidade local e política e o mercado de trabalho entendido como uma forma de socialização e integração na sociedade. Este domínio situa-se no processo dos laços sociais caracterizado pelo isolamento, falta de autonomia, falta de auto-suficiência, etc. e abrange maioritariamente os idosos, os deficientes e os doentes crónicos. Este tipo de exclusão pode estar associada á falta de recursos onde teríamos uma exclusão do tipo social sobreposta a uma exclusão do tipo económico, mas também pode não estar relacionada com a existência ou não desses recursos pois pode apenas resultar do estilo de vida de familiares e amigos, da falta de serviços de bem-estar ou de uma cultura com pouca visão de solidariedade. O segundo domínio – económico – está associado, pelo que a própria palavra indica, ao mercado de bens e serviços incluindo os financeiros respeitante ao acesso ao crédito, este mercado é condição para que as famílias e pessoas disponham de maior parte de bens e serviços para viverem. Este segundo domínio está também associado a mecanismos geradores de recursos como o mercado de trabalho (salários) e o sistema de segurança social (pensões). O domínio económico está igualmente associado a sistemas de poupança, isto é, refere-se a um cuidado a ter relativamente a eventualidades do futuro que o sistema de protecção social não cubra. É também entendido pela pobreza em situação de privação por falta de recursos como por exemplo as más condições de vida, os baixos níveis de instrução e qualificação profissional e o emprego precário (instável, mal remunerado, más condições de trabalho, etc.).

O terceiro domínio – institucional – reparte-se em dois pontos fulcrais: Os sistemas prestadores de serviços como sistemas educativos, de saúde, justiça e habitação e os serviços relacionados com direitos cívicos e políticos como os sistemas burocráticos e instituições ligadas á participação política e cultural. O quarto domínio – territorial – incorpora por um lado formas de exclusão respeitante não apenas às pessoas ou famílias mas a todo um território associados a condições de vida desfavorecidas ou com dificuldades de acesso a direitos sociais apresentando como exemplo as condições de habitação de determinados bairros ou concelhos rurais, as condições dos equipamentos sociais ou as condições de acessibilidade. Por outro lado pode ser entendido como uma reacção dos excluídos podendo estes migrar para meios mais desenvolvidos, respeitante assim a problemas de migração. Por último, o quinto domínio – referências simbólicas – que se traduz numa dimensão subjectiva da exclusão associado a um conjunto de “perdas” que o excluído pode sofrer como perdas de

identidade social, auto-estima, auto-confiança, motivação e iniciativa, integração e pertença á sociedade, etc. (Costa, 2001: 221)

É importante não deixar de referir que todos os domínios descritos são interdependentes e na maior parte dos casos sobrepõe-se, apresentando como exemplo, numa situação de desemprego este gera perda de rendimentos o que pode levar a perda de laços familiares e em consequência a situações de isolamento e perdas de iniciativa, auto-confiança. Existem problemas de exclusão social que podem advir em consequência de problemas de pobreza, pois numa condição de pobreza e/ou escassez de rendimentos pode agravar o modo como a família é afectada a certos tipos de problemas que numa situação “normal” não existiriam.

Para além disso, o autor alerta-nos para uma questão importante, é necessário ter em conta que para além da importância das pessoas e famílias terem acesso aos sistemas, não menos importante é saber o seu grau de satisfação quando o acesso é realizado, pois níveis mais ou menos satisfatórios geram diversos graus de exclusão. Isto leva a que as pessoas ou famílias possam não ser excluídos de todos os sistemas básicos mas de alguns. O autor Robert Castel (1990) propõe uma teoria favorecendo os laços sociais em que o fenómeno de exclusão vai na direcção de um “plano inclinado” onde vão decorrendo sucessivas falhas e rupturas, sendo a ruptura dos laços afectivos e familiares o extremo da exclusão (Robert Castel 1990 citado em Alfredo Bruto da Costa, 2001).

Segundo Xiberras (1993), a exclusão social pode também caracterizar-se por rupturas de laços, nomeadamente, social, económico, institucional e simbólico. A ruptura do laço social, indo ao encontro dos domínios defendidos por Alfredo Bruto da Costa, ligam cada indivíduo a sociedade e aos actores mais próximos. A ruptura do laço económico, é a exclusão para fora do mercado, caracterizando dois fenómenos como a pobreza e o desemprego. A exclusão por forma a que o indivíduo seja rejeitado das instituições conduz a uma ruptura do terceiro laço – institucional (insucesso escolar, insucesso conjugal). O laço simbólico é “ um vínculo de adesão que liga os actores sociais, a valores” caracterizando-se neste tipo de exclusão “todos os fenómenos que se começam por manter banais ou incompreensíveis, ate ao momento em que explodem realmente numa ruptura do laço social” dando como exemplo “ o racismo que exhibe previamente uma intolerância fundamental, antes de explodir em motins raciais” (Xiberras, 1993: 33).

No conceito de pobreza e exclusão social podem ainda verificar-se quatro domínios específicos que apresentaremos a seguir.

---

#### A (In) Exclusão das pessoas surdas

- As condições de habitação: Prende-se com a falta de conforto na habitação derivado de falta de água, electricidade, condições de saneamento, esgotos, recolha do lixo, falta de segurança, elevada salubridade, elevada superlotação e até na forma como a habitação se encontra preparada habitar um idoso ou uma pessoa com deficiência.
- As condições de saúde: Prende-se com desigualdades a nível da quantidade e qualidade da oferta de serviços de saúde que as pessoas têm ao dispor, bem como a referida acessibilidade a esses serviços.
- A nível da educação: A pobreza e exclusão social estão associadas a níveis de escolaridade mais fracos e tardios (insucesso escolar e abandono do mesmo), ao analfabetismo, a saídas precoces e/ou forçadas do sistema educativo, dificuldades de inserção no mercado de trabalho e em casos de pessoas com necessidades educativas especiais uma adaptação do ensino e dos locais de ensino a essas pessoas.
- O emprego/desemprego ou a inserção do mercado de trabalho, surgindo como um factor primordial para o agravamento das condições pobreza e exclusão social. Encontramos indicadores de exclusão social relativamente ao desemprego caracterizado como jovens á procura do primeiro emprego, pessoas não qualificadas, analfabetas ou com alguma deficiência á procura de emprego, etc. (João Ferreira de Almeida *et al* 1992: 14)

Considerando que o conceito de exclusão social, segundo Giddens (2007), levanta a questão de uma “acção”, pois, como a própria palavra indica “implica que alguém ou alguma coisa está a ser afastada de outra”. Nesta perspectiva existem duas formas de acção que pode levar o individuo a ser excluído. Primeiramente o indivíduo pode ser excluído mediante situações que estão fora do seu próprio controlo, nomeadamente, um empregado com emprego estável que se vê despedido instantaneamente. Por outro lado, “a exclusão social não é apenas o resultado da exclusão de pessoas – pode também resultar de pessoas que se excluem a si mesmas de aspectos centrais da sociedade” e pegando no exemplo anteriormente referido, um indivíduo pode ser despedido e optar por recusar uma oportunidade de emprego não criando receitas (Giddens 2007: 327)

Assim, para concluir o fenómeno de exclusão social e integração social e segundo a perspectiva de Marc Henry Soulet (2000) este fenómeno encontra três patamares. Primeiramente, a nível macro social, abrange um fraco sistema de protecção onde existe uma fragilização do trabalho e uma diminuição ou empobrecimento das redes de protecção mais

próximas nomeadamente das redes de apoio social primárias e secundárias em consequência disso observamos uma “crise de cidadania”.

Em segundo lugar, a nível meso social, as redes e mecanismos de exclusão, em situações de lacunas no relacionamento com alguns utentes, devem proporcionar ofertas e controlo pelas instituições sociais, caso contrario, existirá uma fragilização dos utentes. Por último, a nível micro social, na perspectiva das instituições sociais e dos mecanismos de protecção social os “excluídos” tentam afirmar-se como sujeitos participando activamente e podendo decidir a situação em que vivem e os projectos de vida que pretendem incorporar devendo-lhes ser reconhecida a competência social que na maior parte dos casos lhes é negada (Marc Henry Soulet 2000: 17)

Assim, o fenómeno de exclusão social deve estar assente numa cooperação entre a acção, a cidadania e responsabilidade humana havendo uma necessidade importante de observar o papel desempenhado pelas Redes de apoio social e as forças sociais.

## **2.2. Surdez e Exclusão Social: A desigualdade de oportunidades como forma de exclusão social**

Actualmente, as sociedades crescem em valores de igualdade, uma igualdade baseada no princípio de uma distribuição de oportunidades, construindo-se assim, uma sociedade com princípio na cidadania. Mas mesmo nestas sociedades modernas e desenvolvidas a igualdade de oportunidades não é distribuída igualitariamente e equitativamente pois como foi demonstrado anteriormente continuam a existir grupos vulneráveis a diversas formas de exclusão. Um caso concreto da uma contínua exclusão social nas suas diversas dimensões, nomeadamente no acesso à informação, a sistemas de saúde e educação, o acesso a emprego e mesmo no acesso à cultura, é a comunidade surda.

Um primeiro parâmetro que se traduz numa forma de exclusão social é a escassez de oferta de oportunidades - de protecção, saúde, educação, emprego, habitação - que as redes de apoio do terceiro sector apresentam às pessoas surdas de forma a poder crescer uma cultura de inserção. Nesta proposição, para o indivíduo poder aproveitar as oportunidades, primeiramente elas têm que existir e em segundo lugar, é quase que obrigatório o indivíduo possuir os saberes básicos: ler, escrever, fazer cálculos. Assim, dadas as necessidades da pessoa surda relativamente à aprendizagem em que requer o domínio da língua portuguesa, particularmente na escrita, é fundamental intervir ao nível da educação, pondo-lhe à disposição as mesmas condições de aprendizagem e realização pessoal, independentemente

das suas limitações ou condições. Segundo o despacho nº 7520/98, seria de todo útil, privilegiar a língua gestual portuguesa como forma de comunicação principal e inserindo o português escrito como forma de alargamento da comunicação, possibilitando o máximo de desenvolvimento a nível cognitivo, linguístico, emocional e social de forma a garantir a todos o direito à educação e uma justa igualdade de oportunidades.

A pessoa surda, pertence assim a um grupo específico que carecem fundamentalmente de oportunidades para se inserirem ou para dinamizarem e desenvolverem as suas competências e realizarem os seus projectos de vida fazendo com que os grupos desfavorecidos fiquem em “desvantagem não apenas por possuírem menores capacidades num mundo fortemente concorrencial, mas também porque as oportunidades que se lhes oferecem tendem a ser igualmente desvantajosas” (Cavaco, Cristina in *Dialogo Civil na luta contra a Exclusão Social*: 229).

Segundo a mesma autora, uma igualdade de oportunidades mais justa, passa não só pela intervenção junto das pessoas e dos contextos mais próximos, nomeadamente as redes de apoio social primárias, devendo existir uma sensibilização junto da sociedade, mas também pela transformação dos sistemas sociais e económicos, promovendo uma sociedade mais inclusiva. A melhoria de oferta de oportunidades passa por uma coesão nas políticas gerais, tornando-as mais justas e acessíveis a todos, obedecendo a critérios de promoção de emprego, educação, formação, cuidados de saúde, acessibilidade a serviços gerais (no caso das pessoas surdas a importância de existir mais interpretes de língua gestual ou mais pessoas nos serviços institucionais que possam realizar esta ligação) e cultura (podemos falar de uma cultura da sociedade em geral ou um empenho no crescimento de uma cultura surda que incorpore a possibilidade de arte, teatro, poesia).

### **2.3. Intervenção do Serviço Social na Exclusão Social**

O autor Alfredo Bruto da Costa (2001), ao propôr anteriormente os cinco domínios da exclusão social colocou a noção de Exclusão Social na cidadania. Segundo Walker & Walker (1997), também para definirmos exclusão social temos que observar o seu oposto, a integração social, sendo esta integração e inserção social analisada com base na cidadania. A noção de cidadania remete-nos tanto para uma análise dos direitos sociais bem como uma introspecção do trabalho do próprio assistente social como fomentador de uma autonomia e capacitação do indivíduo para exercer os seus direitos de cidadania. A noção de cidadania remete-nos para a distinção estabelecida por Marshall (1965) “ a *cidadania civil*, a liberdade

da pessoa e o direito de propriedade; a *ciudadania política*, o direito de voto e liberdade de associação; a *ciudadania social*, o direito ao bem-estar económico e à segurança” (Marshall 1965 citado em Elaine Carey-Belanger 2001: 302). Assim, o acesso à cidadania faz-se através de uma regulação dos direitos sociais contribuindo para uma regularização das riquezas e do capital e apelando uma participação activa de todos na vida social. A noção de exclusão social implica uma privação na possibilidade de participação na sociedade gerando formas de desigualdade. É direito de todos poder prestar um contributo social sendo um cidadão activo, integrado e com o direito de viver em sociedade restituindo a dignidade e confiança de todos.

Neste campo, os maiores desafios que se colocam ao assistente social referem-se a uma capacitação dos indivíduos para exercerem e valorizarem os seus direitos de cidadania e adquirirem uma autonomia social, agindo numa lógica de capacitação havendo uma melhoria da sua qualidade de vida e um aumento da capacidade de tomada de decisão por parte do indivíduo. O conceito de capacitação é descrito por Jürden Nowak (2001) “como um processo de dar “poder” aos clientes que são encorajados a descobrir e mobilizar as suas próprias competências e recursos”. A autora continua referindo que “ os clientes devem aprender a reconhecer o seu próprio poder e reservas/recursos de forma a agirem por si” (Jürden Nowak 2001:176)

Sobre esta temática Payne (2002), o Assistente social está responsável de desempenhar três importantes e indispensáveis papéis. No primeiro papel, o indivíduo deve conseguir capacitar o indivíduo, isto é, aumentar a motivação da pessoa para prosseguir com os seus objectivos enfrentando os desafios com coragem não desistindo com facilidade daquilo que pretende. O segundo papel, prende-se com o papel de ensinar, ou seja, informar o indivíduo das medidas existentes de apoio e das políticas sociais disponíveis facilitadoras da integração, auxiliando o indivíduo a encontrar diversas formas de resolução e gestão de conflitos com a rede de apoio social primária. Por fim, o assistente social pode ter o papel de facilitador, isto é, implementar uma liberdade de acção sobre o indivíduo, capacitando-o de forma a ser o próprio a escolher as vias por onde seguir para atingir os seus objectivos e projectos. O autor continua, referindo que os papéis do Assistente Social podem ser os de mediar, gerindo os conflitos no seio da rede social primária de forma equilibrada e justa, advogar, recorrendo às redes de apoio social secundárias, e organizar, optando o assistente social, por exemplo, por uma intervenção em rede.

Existe assim uma forma de intervir do Assistente Social “ que consiste em observar os problemas da sociedade como problemas gerados pelas relações sociais” propondo uma tentativa de resolução “ não sobre os factores puramente individuais ou pelo contrário

puramente colectivos ou estruturais, mas através de novas relações sociais e de novas organizações destas relações” (Barreyre 1995 *citado em* Sónia Guadalupe 2009: 109), permitindo que todo o Assistente Social “reconheça as capacidades das pessoas, dos grupos, dos colectivos a mobilizarem-se” (Dumoulin & Dumont 2004 *citado em* Sónia Guadalupe 2009: 109). Esta forma de intervenção do Assistente social baseia-se num modelo de intervenção em rede empregando as redes sociais. É importante ter em conta a rede de apoio social para aprofundarmos os nossos conhecimentos sobre os indivíduos, famílias e comunidades, uma vez que oferecem meios operacionais de aprendizagem sobre o quotidiano dos indivíduos e a sua ligação entre o apoio social oferecendo uma importante informação para o desenvolvimento das intervenções a ter pelo Assistente Social.

Importa distinguir os três tipos diferentes de redes sociais na sociedade:

- Primárias – são os membros da família, vizinhos, etc.
- Secundárias – incluem todos os contactos de um indivíduo com as instituições, nomeadamente, universidade, escola, local de trabalho, etc.
- Terciárias – Incluindo as Organizações Não Governamentais (ONG), grupos de auto-ajuda e serviços profissionais que trabalham no sentido de mediar a relação entre o estado e o indivíduo.

As redes de apoio do terceiro sector têm procurado auxiliar e colaborar no sentido de uma política social que promova o acesso ao emprego, à educação, à formação, à protecção social, à saúde, à habitação, à cultura, à auto-estima, etc, dinamizando os direitos sociais, tentando trabalhar no sentido de haver uma cooperação entre o Estado, as autarquias e a sociedade civil, designadamente instituições particulares ou de cariz social fomentando a igualdade de oportunidades. Existe uma tendência generalizada para o aumento destas parcerias colocando o Assistente Social como a pessoa a regular e a intervir trabalhando em instituições e com famílias respondendo às necessidades e desafios que se colocam.

Podemos apontar um aspecto fulcral no trabalho desempenhado com as redes sociais – a territorialidade – apontando para uma intervenção a nível local, solicitando apoios e parcerias a outras instituições maioritariamente locais. Pensa-se que se houver uma boa articulação entre as redes locais e os sistemas de âmbito nacional pode-se resolver e superar os desafios de forma eficaz

No aspecto particular da comunidade surda, o Assistente Social deve ter em conta se está perante um desafio pontual e individual ou se perspectiva um desafio frequente e colectivo. Neste caso existem formas diferentes de intervir e planear esta intervenção utilizando métodos diferentes a aplicar. Como refere Guadalupe (2003) “as intervenções



podem passar por criar novas redes sociais, potenciar a rede, ampliá-la, criar novos contactos, aumentar a capacidade da rede (...) em lidar com os problemas dos seus elementos, melhorar relações entre os membros da rede, melhorar a relação da família com os serviços sociais, e vice-versa, e também por todo um conjunto de intervenções em situações de crise” (Guadalupe 2003 *citado em* Sónia Guadalupe 2009: 117)

O processo a ser escolhido pelo Assistente Social difere consoante o conteúdo e os resultados que o mesmo pretende atingir, potenciando a capacitação das pessoas a fim de fortalecer a sua capacidade superando as barreiras e os desafios. Na comunidade surda, é fundamental o Assistente Social potenciar esta capacitação e autonomia, tentando minimizar e superar a incapacidade auditiva e maximizando e potenciando as restantes faculdades e capacidades do indivíduo. É assim necessário, nesta abordagem o Assistente Social ter em linha de conta quais as necessidades, carências e desafios do indivíduo, para poder auxiliar ou mesmo colmatar na sua totalidade esses desafios tendo em conta os recursos disponíveis para melhor intervir.

Na intervenção com as redes sociais, dependendo das situações, pode-se utilizar um modelo de intervenção colectivo em rede, quando ocorre “não uma situação particular trazida por um utente, mas na mobilização de um colectivo para superar um problema no seu meio” (Guadalupe 2009:113), sublinhando que nesta intervenção os desafios sociais são primeiramente e frequentemente trazidos como individuais pelos indivíduos, mas posteriormente, diagnosticando o Assistente Social uma rede sucessiva de casos comuns e colectivos a vários indivíduos, este necessita de intensificar uma abordagem a nível global.

Partindo o Assistente Social de “ teorias do comportamento humano e dos sistemas sociais” e que este é “orientado para a promoção da mudança social, resolução de problemas e capacitação das pessoas” (IFSW<sup>3</sup> in Henriquez 2001 *citado em* Sónia Guadalupe 2009: 15) a sua acção deve implicar uma vasta observação e atenção às políticas existentes nomeadamente junto das instituições fazendo com que essas políticas sejam acessíveis a todos podendo o indivíduo (independentemente das suas limitações) participar activamente na vida social.

---

<sup>3</sup> International Federation of Social Workers

## **CAPITULO II - METODOLOGIA**

Após uma revisão da literatura realizada no capítulo anterior, o segundo capítulo identifica as seguintes etapas:

Primeiramente será apresentado o tipo de pesquisa e estratégia de investigação que esta investigação tem por base. Nos seguintes pontos apresentaremos a delimitação do campo empírico e o procedimento geral de recolha de dados bem como diversas informações que não deixam de ser relevantes para o estudo e que auxiliam a uma análise mais detalhada dos resultados.

A revisão da literatura, efectuada no primeiro capítulo, é significativa da crescente importância que a exclusão social tem assumido nos diversos domínios e as repercussões bastante significativas que tem tido na vida de grupos/comunidades bem como nos diferentes métodos da prática profissional do Assistente Social.

### **1. Tipo de pesquisa e estratégia de investigação**

De forma a atingir os objectivos traçados, a metodologia que resolvemos adoptar e desenvolver nesta investigação é de cariz dedutivo e quantitativo. A escolha desta metodologia deve-se ao facto de se pretender uma investigação de natureza empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise de características de factos ou fenómenos ou o isolamento de variáveis chave ou principais. Estes estudos utilizam métodos formais que tornam possível a precisão e controle estatísticos podendo ter o objectivo da verificação de hipóteses. É um método que se baseia na observação de fatos objectivos, de acontecimentos que existem independentemente do investigador. Desta forma, esta abordagem reflecte também um processo complexo, que vai conduzir a resultados que devem conter o menor enviesamento possível. A presente investigação é descritiva e exploratória uma vez que pretende compreender de que forma as pessoas surdas se sentem incluídas na sociedade, tendo sido escolhido como instrumento de recolha de dados inquérito por questionário.

## **2. Delimitação do campo empírico e procedimento geral de recolha de dados**

O campo empírico onde realizamos a nossa investigação foi em Portugal, na Região do Alentejo, na Associação dos surdos da cidade de Évora. A escolha desta associação justifica-se primordialmente, pelo facto de, na cidade de Évora e região do Alentejo ser a única associação de apoio á comunidade surda de diferentes faixas etárias. Para além disso, torna-se primordial o facto de trabalhar com uma equipa de técnicos que integra um Assistente Social e desenvolver um trabalho em rede com instituições a nível nacional.

É missão da ASE “Contribuir para a total integração dos surdos na sociedade, na defesa e na promoção dos seus direitos e pretende ser reconhecida e validada pela comunidade como uma associação que promova a integração das pessoas surdas de forma a que tenham acesso a uma cidadania plena, independentemente da idade, raça, género, religião, estatuto profissional e ou social.” (ASE). Em termos de objectivos fulcrais a ASE pretende: Promover, sem fins lucrativos, a congregação dos surdos, seus familiares e amigos bem como, promover cursos de Língua Gestual e outros, conferências, colóquios, seminários e outras actividades; valorizar, profissional, técnica e culturalmente os seus associados e apoiar os sócios na sua vida quotidiana.

Temos como interlocutores chave alguns membros da Equipa coordenadora da Associação dos Surdos de Évora, uma vez que detêm toda a informação necessária da comunidade em estudo, demonstrando total disponibilidade em ajudar, assim como fornecer informações necessárias para o desenvolvimento da investigação em causa. Foi-nos fornecida informação, através do interlocutor chave acima referido, relacionado com o número de pessoas surdas pertencentes à comunidade a serem apoiadas pela Associação, perfazendo um total de 88 pessoas surdas incluindo crianças e idosos. O questionário será apenas aplicado às pessoas surdas capazes da compreensão do mesmo e maiores de idade. Para além disso foram seleccionados utentes com participação activa na vida da Associação para que fosse possível a deslocação à mesma, tanto através de viatura própria como na viatura da associação, em dias específicos, a fim de haver um rigoroso preenchimento do questionário através do auxílio de toda a equipa da ASE bem como da intérprete de língua gestual. Foi seleccionada assim, uma amostra da população com base nos critérios acima mencionados perfazendo um total de 28 pessoas. Após a aplicação dos questionários apenas tivemos retorno de 15 pessoas, tanto presencial como via correio electrónico. A aplicação dos questionários foi comedida devido às dificuldades das pessoas surdas na realização e leitura da modalidade escrita, pois para as pessoas surdas a aquisição da escrita não representa apenas mais uma particularidade da

língua, como acontece no português falado e escrito. Tal facto auxiliou na escolha dos métodos de aplicação de questionários, pois, tanto via correio electrónico como via correio, as dificuldades de compreensão dos questionários iam surgir em larga escala, podendo nem haver retorno ou a aplicação desde não ser rigorosa e os resultados alterados.

Assim, seleccionámos um subgrupo da população, que com base nas informações disponíveis, pudesse incorporar os nossos critérios de selecção. Optámos por uma amostra não probabilística por intencionalidade, uma vez que, nestes casos, o investigador está apenas interessado na opinião de determinados elementos da população.

Impõe-se desde já uma componente ética incorporando a consciência ética como uma componente fundamental da prática dos Assistentes Sociais sendo a sua capacidade e empenho em agir eticamente como um aspecto fulcral da qualidade do serviço que prestam aos utentes. Assim, é dever salvaguardar o direito das pessoas à privacidade e anonimato bem como respeitar a confidencialidade de informações sempre que a mesma tenha sido acordada. Segundo o Código de Ética da Associação Nacional de Assistentes Sociais (NASW) “Os Assistentes Sociais devem respeitar o direito dos clientes à privacidade. Não devem solicitar informações privadas aos clientes a não ser que seja essencial para a prestação dos seus serviços, ou para a condução da avaliação da intervenção social levada a cabo ou ainda para fins de pesquisa” (NASW, 1996 *in* <http://www.cpihts.com>).

Aquando da recolha de informação, os inquiridos foram livres de responder e participar de forma autónoma, podendo colocar as questões que sentissem pertinentes mas também desistir a meio da recolha de informação, se assim o entendessem, sendo essa decisão respeitada, no entanto o mesmo não se constatou.

A linguagem utilizada foi clara e simples desde a elaboração dos questionários até á sua aplicação, de maneira a que os inquiridos pudessem compreender o que se estava a questionar e que fosse mais fácil a explicação das perguntas por parte da equipa<sup>4</sup> que estava a auxiliar na recolha de informação dos mesmos, sendo também esclarecidos dos objectivos da investigação e qual o seu âmbito de estudo.

---

<sup>4</sup> A equipa que incorporava no auxílio da recolha e explicação de informação do questionário era constituída pela equipa da ASE bem como a intérprete de LGP e referente estagiária e com os poucos conhecimentos que o primeiro nível me facultou eu também auxiliava.

### **3. Técnicas de Recolha de dados**

Com vista a atingir os objectivos propostos apoiamos esta investigação no inquérito por questionário. Na nossa investigação o inquérito por questionário é a técnica escolhida e privilegiada no que se refere á técnica de recolha de dados, pois ao elaborarmos e aplicarmos o mesmo, encontrarão informações relevantes a fim de atingir os objectivos propostos. O inquérito por questionário é uma técnica favorável à nossa investigação, sendo diversas as vantagens para a sua utilização: “Atinge um grande número de pessoas simultaneamente economizando tempo e viagens; abrange o total da área geográfica em análise; obtém respostas rápidas e precisas; permite o anonimato, logo maior liberdade nas respostas; o risco de distorção é baixo.” (Quivy, 2003: 188). Os questionários podem ser preenchidos pelo participante num contexto face a face, enviados por correio, levados em mão própria aos participantes ou podem ser enviados informaticamente. Importa salientar que os questionários podem ser dirigidos tanto a indivíduos como a grupos.

Este questionário consta maioritariamente de perguntas fechadas, tendo sido apenas utilizadas duas questões abertas para caracterizar a opinião dos inquiridos sobre alguns aspectos fulcrais. Este questionário irá ser aplicado em dias específicos em que os utentes têm que se deslocar à Associação (dias festivos ou sessões de esclarecimento) e serão maioritariamente explicados pela intérprete de LGP de forma a proceder a uma correcta recolha da informação. Alguns questionários serão enviados por correio electrónico seleccionados pelo grau de escolaridade e idade dos inquiridos fazendo-se acompanhar de uma explicação pormenorizada de todo o processo e finalidade do estudo. Todos os colaboradores e responsáveis da ASE foram também informados, aquando da entrega dos questionários, da necessidade de proceder à explicação dos objectivos da investigação, da forma do preenchimento do questionário e referenciando a inutilidade de identificação.

Após a realização do nosso questionário e antes de ser aplicado, submetê-lo a um pré--teste, de forma a verificar a funcionalidade e a validade do mesmo de forma a assegurar a validade e a precisão dos aspectos menos claros da investigação; corrigir possíveis lacunas (questões difíceis ou muito extensas, complexas, com duplo significado e verificar se estas devem mudar de posição ou ordem).

O pré-teste foi administrado a um pequeno grupo de utentes da Associação Portuguesa dos Surdos, enviados por correio electrónico. Após a realização do mesmo, procedeu-se à concretização das correcções necessárias, com base nas respostas fornecidas.

#### **4. Técnicas de tratamento e análise de dados**

Com a crescente utilização dos computadores no que respeita ao tratamento e análise de dados a técnica utilizada foi a estatística descritiva pois possibilita isolar e descrever as estruturas mais relevantes do universo em que os dados foram recolhidos.

Primeiramente redigimos o texto de apresentação de forma a ser o mais claro possível e para dar conhecimento aos inquiridos qual o objectivo desta investigação e a garantia de confidencialidade dos dados inquiridos.

Seguidamente, organizamos o questionário em grupos para que, mais tarde, seja possível codificá-los da melhor forma possível, dedicando o máximo rigor em numerar todos os grupos, para que posteriormente as dificuldades em inserir variáveis e dados na base de dados do SPSS fossem mínimas.

A terceira fase de preparação do questionário foi a elaboração cuidadosa das perguntas que irão estruturar o questionário. Tivemos extremo cuidado em elaborar as referidas questões, uma vez que estamos a trabalhar com este público-alvo e dado que a maior parte delas vai ser transmitida pela intérprete de LGP, de modo a serem o mais simples e curtas possíveis. Elaboramos maioritariamente perguntas fechadas e apenas duas de carácter aberto, de modo a facilitar o preenchimento. O instrumento de análise e tratamento dos dados recolhidos recorreremos ao SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 20.0 dado que nos permite utilizar ferramentas estatísticas para prosseguir com a análise de dados.

Para a descrição das características gerais da amostra utilizou-se a estatística descritiva (medida de tendência central de dispersão, designadamente, média, desvio padrão, frequências e percentagens). Recorreu-se também à utilização da correlação sendo este um procedimento estatístico que permite identificar e observar a associação entre variáveis. Neste caso indica-nos se a intensidade de um fenómeno é acompanhado pela intensidade do outro, no mesmo sentido ou em sentido inverso. A associação pode ser positiva se a variação entre as variáveis for no mesmo sentido ou negativa, se os aumentos de uma variável estão associados à diminuição da outra.

## CAPITULO III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

Após o término da exposição dos procedimentos metodológicos que conduziram esta investigação proceder-se-á, no presente capítulo, à apresentação e discussão dos resultados obtidos no mesmo.

### 1. Caracterização sociodemográfica das pessoas surdas apoiadas pela ASE

A população do presente estudo foi constituída por 15 participantes tendo sido 13 questionários aplicados a um grupo de pessoas surdas presencialmente e 2 deles enviados electronicamente.

Quadro 3.1. - N° Questionários

Questionários	15
---------------	----

Quadro 3.2. - Idade

	Frequência
18 aos 28 anos	4
29 aos 39 anos	5
40 aos 50 anos	2
Mais de 50 anos	4
População (N)	15
Média	40

Quadro 3.3. - Sexo

	Frequência
Masculino	9
Feminino	6
População (N)	15

Após a recolha dos dados, ao nível de faixas etárias verificamos que a maior frequência situa-se no intervalo de idades entre os 29 e os 39 anos sendo que a média de idades encontra-se nos 40 anos. Relativamente ao género pudemos constatar, apesar da pouca diferença, que a maioria dos inquiridos era do sexo masculino, com uma frequência de 9 relativamente ao sexo feminino, com uma frequência de 6.

A (In) Exclusão das pessoas surdas

Quadro 3.4. - Situação Conjugal

	Frequência
Casado ou em União de Facto	4
Solteiro/a	6
Viúvo/a	2
Divorciado/a ou Separado/a	3
População (N)	15

Quadro 3.5. - Habilitações Literárias

	Frequência
Sabe ler e escrever mas não concluiu ensino primário	2
Ensino primário	2
Ciclo preparatório/6º ano	3
9º ano escolaridade	4
11º/12ºano de escolaridade	1
Curso superior	3
População (N)	15

Quadro 3.6. - Correlação entre Habilitações Literárias e Idade

Habilitações Literárias/Idade	24	25	26	27	29	35	37	49	54	57	59	68
Sabe ler e escrever mas não concluiu ensino primário	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0
Ensino primário	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Ciclo preparatório/6º ano	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
9º Ano escolaridade	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	1
11º/12ºano de escolaridade	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Curso superior	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0

Tal como pudemos observar no Quadro 3.4., verificamos dos 15 inquiridos, no que respeita à situação conjugal, que a maior incidência encontra-se na situação de solteiro/a, com uma frequência de 6. Relativamente ao quadro acima apresentado, Quadro 3.5., salientamos que a taxa de pessoas que não sabem ler nem escrever é de 0. Neste caso as frequências encontra-se bastante dispersas, apesar da maior incidência com 4 casos se verificar no 9ºano de escolaridade. É ainda de salientar que 3 dos 15 inquiridos possuem um curso superior. É de concluir que o grau académico das pessoas inquiridas é médio-baixo, visto que a maior



---

#### A (In) Exclusão das pessoas surdas

frequência não atinge a actual escolaridade obrigatória. É também de salientar que o grau de escolaridade dos surdos é influente para uma percepção mais rigorosa e fácil das questões bem como uma resposta mais perceptível e rápida aos questionários.

Verificando o Quadro 3.6., é de se fazer notar que, na maior parte dos casos, o nível de escolaridade mais elevado deve-se a uma idade entre 25 e 37 anos. E pelo contrário, um nível de escolaridade mais baixo, como poderia ser de prever deve-se a uma faixa etária mais alta.

Quadro 3.7. - Profissão

	Frequência
Reformado/a	4
Desempregado/a	5
Operário Fabril	1
Docente de LGP	3
Bombeiro	1
NR	1
População (N)	15

Relativamente à profissão das pessoas surdas inquiridas, verificamos que a maior frequência é 5 com um total de 5 casos, na categoria de desempregado/a. Logo a seguir constatamos 4 casos de Reformado/a. Estes dados não foram definitivamente uma surpresa, pois numa análise anterior à comunidade surda, determinou-se que um dos factores em que as pessoas surdas sentem bastantes dificuldades é no auxílio ao encontro de trabalho. Sendo que, uma das vertentes da Associação dos Surdos de Évora, é auxiliar na procura de um posto de trabalho. É também de salientar que 3 dos inquiridos são docentes de LGP.

Quadro 3.8. - Rendimento

	Frequência
Igual ou inferior ao salário mínimo nacional (475€)	7
Entre 475€ e 950€ (2 vezes salário mínimo nacional)	6
Entre 950€ e 1425€ (3 vezes o salário mínimo nacional)	1
NR	1
População (N)	15

---

#### A (In) Exclusão das pessoas surdas

Relativamente ao rendimento dos inquiridos, aferimos que com maior frequência, de 7 casos, situa-se na condição de igual ou inferior ao salário mínimo nacional (475€). Tal facto, pode relacionar-se com a condição acima descrita, em que a maior incidência nas profissões foi de desempregado/a, seguida de reformado/a. Verificamos ainda que com uma frequência de 6 casos, situa-se entre os 475€ e os 950€ (2vezes o salário mínimo nacional). Nesta questão, tal como na anterior, obtivemos uma não resposta.

Quadro 3.9. - Fontes de rendimento

	Frequência
Salário	6
Apoios/ajudas de membros da família	2
Apoios/ajudas de membros fora da família	1
Apoio Social (subsídios)	1
Reforma	4
Pensões	1
População (N)	15

Quando questionados acerca das fontes de rendimento, os inquiridos referem que a maior frequência, se encontra nos salários, pois no Quadro 3.7. encontramos 5 pessoas em situação activa de trabalho e uma não resposta. É também de salientar que apenas 1 dos inquiridos recebe apoios de membros fora da família e apenas 2 apoios de membros da família.

Quadro 3.10. - Habitação

	Frequência
Casa própria	7
Casa arrendada	3
Casa cedida	1
Casa de familiares ou amigos	4
População (N)	15

---

A (In) Exclusão das pessoas surdas

Quadro 3.11. - Condições de Habitabilidade

	Frequência
Má	1
Razoável	6
Boa	7
Muito boa	1
População (N)	15

Quadro 3.12. - Habitação responde às necessidades

	Frequência
Sim	10
Não	5
População (N)	15

Quadro 3.13. - Não corresponde às necessidades

	Frequência
Tem algumas/muitas escadas	2
O número de divisões é insuficiente	1
Tem problemas de humidade	1
Não possui equipamentos suficientes que são necessários às necessidades	1

Relativamente à situação habitacional, verifica-se a maior frequência em quem possui casa própria, com o total de 7 casos. Contudo, se somarmos, os restantes inquiridos com um total de 8 casos, não possui casa própria, sendo que 3 deles habita em casa arrendada, 1 deles em casa cedida e 4 dos inquiridos em casa de familiares ou amigos.

Apesar destes números, podemos referir que 6 dos inquiridos se encontram razoavelmente satisfeitos com as condições habitacionais e 7 dos inquiridos referem que a casa onde se encontram tem boas condições habitacionais. É de salientar que nenhum dos inquiridos considera a casa “Muito má”, mas 1 caso avalia a casa como tendo más condições habitacionais e 1 caso também avalia a habitação como tendo condições habitacionais muito boas.

Estes números caminham no sentido do quadro 12 em que as respostas foram maioritariamente positivas, pois apenas 5 dos inquiridos é da opinião que a sua habitação não responde às necessidades e não as suprime.

---

#### A (In) Exclusão das pessoas surdas

Quando os inquiridos referem problemas associados à falta de condições de habitabilidade, o problema mais relevante e com maior frequência é o facto de haver algumas/muitas escadas. Apenas um dos inquiridos se manifestou quando a falta de equipamentos que suprimam as necessidades ou facilitem o dia-a-dia.

Quadro 3.14. - No ensino escolar teve algum apoio

	Frequência
Sim	7
Não	7
NR	1
População (N)	15

Quadro 3.15. - Tipos de apoios

	Frequência
Educativos	7
Económicos	0

Dos 15 inquiridos obtivemos a mesma frequência nas respostas positivas e nas negativas relativamente aos apoios durante o ensino escolar, como é de notar no Quadro 3.14. É também de salientar que a totalidade das respostas afirmativas se insere no apoio ao nível educativo. Este apoio a nível educativo seria de esperar uma vez que a utilização da língua gestual é a língua natural da pessoa surda, sendo esta utilizada e devendo ser adaptada como forma de expressão e comunicação das pessoas surdas. Esta língua apresenta características próprias ao nível falado e escrito devendo ser as pessoas surdas auxiliadas desde cedo na sua utilização. A falta de apoio ou um apoio deficiente ao nível educativo pode gerar também uma dificuldade na inserção do mercado de trabalho sendo imprescindível uma adaptação do ensino e dos locais de ensino a pessoas surdas.

## 2. A (in) exclusão social das pessoas surdas nos diferentes sistemas

Quadro 3.16. - Sistemas em que as pessoas surdas se sentem mais excluídas

	Frequência
Trabalho/Emprego	7
Saúde	6
Lazer/Cultura	4
Económico	2
Social	7

A partir da observação dos resultados deste quadro existem algumas inferências que podemos concluir: Primeiramente é de notar que tanto no Quadro 3.15. como no 3.16. o sistema em que os inquiridos sentem menos exclusão é o económico, pois perante os outros sistemas, este é sem dúvida o menos apontado. Podemos referir que tal facto não significa que as pessoas surdas não sintam dificuldades económicas mas, dentro de todos os outros sistemas e de todas as outras necessidades que necessitam de ser suprimidas, esta é aquela que os inquiridos menos valorizam como forma de exclusão.

Em segundo lugar, observemos o sistema saúde, que não sendo aquele com maior frequência é sem dúvida um dos sistemas a necessitar de algum cuidado e mudança. A carência mais elevada a nível de saúde é o acesso aos diversos serviços de saúde, por dificuldades de comunicação essencialmente. Prende-se com desigualdades a nível da qualidade da oferta de serviços de saúde que as pessoas têm ao dispor, bem como a referida acessibilidade a esses serviços. Cabe aqui referenciar que nas perguntas abertas uma das respostas mais mencionadas, foi a dificuldade em aceder a serviços com atendimento ao público.

Reforçando esta ideia é emblemática a resposta dada por um dos nossos inquiridos que caracteriza de forma bastante perceptível a dependência e o nível de exclusão que sentem ao aceder a este tipo de serviços:

*“ Todos os serviços de atendimento ao público, deveriam ter pessoas que tivessem conhecimento de LGP para poderem comunicar com a comunidade surda, logo nós*

A (In) Exclusão das pessoas surdas

*surdos estamos privados destes serviços, se não nos fizermos acompanhar de familiares ou amigos, estamos sempre dependentes de outros.” (XIV)*

Por fim, os sistemas onde as pessoas surdas sentem menos apoio ou este seja nulo e consequentemente se sintam mais excluídas é a nível social e na procura de trabalho/emprego. Estes sistemas também foram mencionados pelas pessoas surdas como um dos maiores problemas/desafios na sua vida, nas questões abertas que foram colocadas nos questionários. Sem dúvida que a procura mais facilitada de trabalho e a inserção no mercado de trabalho é um factor determinante para a inclusão das pessoas surdas na sociedade. Contudo, o factor que surgiu como primordial para o agravamento da exclusão social é aquele referenciado como domínio social, que incorpora os sistemas mais imediatos a que a pessoa se insere, como a família, os mais intermédios como as associações desportivas e/ou culturais e os sistemas mais amplos como a comunidade local e política e o mercado de trabalho entendido como uma forma de socialização e integração na sociedade.

Estes dados são reforçados por 10 dos nossos 15 inquiridos nas questões abertas realizadas nos questionários:

*“As pessoas ouvintes comunicam com dificuldade com os surdos. Os ouvintes não sabem LGP” (XIV)*

*“Dificuldades de comunicação com a família e serviços” (XI)*

*“A maioria dos problemas é a comunicação” (XIII)*

Quadro 3.17. - Contactos e frequência de contactos com as redes de apoio primárias

S/ contac to	Todos os días	1x por semana	2x por semana	3x por semana	4x semana ou mais	Quinz enal	1x mês	N
Frequê ncia	Frequên cia	Frequênc ia	Frequênc ia	Frequênc ia	Frequênc ia	Frequê ncia	Frequê ncia	1 5
Família	3	8	2	2	0	0	0	1 5
Amigos	3	3	2	2	3	0	2	0 5
Vizinho s	3	6	1	2	2	1	0	0 5
Colegas trab.	6	8	0	0	0	0	0	1 5

### A (In) Exclusão das pessoas surdas

Dos 15 inquiridos, observamos que a maior incidência de recorrência é o sistema da família com uma frequência de 8 todos os dias. Seguido de uma recorrência diária aos colegas de trabalho ou ex-colegas de trabalho com uma frequência também de 8. Contudo é de notar que os inquiridos recorrem com menos frequência aos amigos. Observámos que, no caso dos colegas de trabalho, existe uma maior incidência de não aplicáveis, dado que, 5 dos 15 inquiridos se encontram desempregados.

O facto de a família ser o sistema com maior incidência de recorrência demonstra que é nas relações íntimas, nos familiares directos com quem contactam no quotidiano que podem reduzir o isolamento e melhorar a sua inclusão na sociedade, abrindo portas para um futuro e um projecto de vida mais equitativo e de igual para igual.

No aspecto particular da comunidade surda é missão do Assistente Social, através do trabalho em rede, promover a rede de familiar, a fim de em parceria, colmatarem ou reduzirem as necessidades das pessoas surdas trabalhando também, para uma crescente economia destas famílias e desenvolver as suas trajectórias sociais.

A família e as relações próximas, quando existentes, auxiliam e mantêm o potencial de suporte emocional sendo estas relações insubstituíveis no alívio do dia-a-dia. Os profissionais, como o assistente social, que acompanham as pessoas surdas têm que reforçar este suporte social traçando estratégias para a sua activação e reforço.

Quadro 3.18. - Contactos e frequência de contactos com as redes de apoio

	Sem contacto	Todos os dias	1x semana	2x semana	3x semana	4x semana ou mais	Quinz enal	1x por mês	N
	Frequê ncia	Frequê ncia	Frequê ência	Frequê ência	Frequê ência	Frequênci a	Frequê ência	Frequê ência	1 5
Segurança Social	10	2	1	0	0	0	1	1	1 5
SCM	11	1	0	1	0	0	0	2	1 5
Câmara Municipal/Junta	9	0	1	0	0	1	0	4	1 5
ASE	0	1	1	1	0	1	4	7	1 5
Bombeiros/CVP	13	0	0	0	0	0	0	2	1 5
Serviços Sociais Escolares	14	0	0	0	1	0	0	0	1 5
Serviços	11	2	0	0	1	1	0	0	1

A (In) Exclusão das pessoas surdas

Creche/Jardim Infância									5
								1	
Centro Saúde	4	1	1	0	0	0	1	8	5
Grupos Sociais/Clubes/Mem bros Igreja	9	1	1	0	0	1	0	3	5

Em termos de frequência de contactos com estas redes de apoio, podemos verificar que na maioria dos casos o contacto a estas redes é muito baixo, sendo que a frequência de incidência *sem contacto* é elevada.

Aqueles que se destacam por um contacto existente e mais frequente é a ASE, pois apesar de o nível de frequência ser mais espaçada e o apoio ser pontual, esse apoio é existente ao contrário dos bombeiros/CVP (em que apenas existe o apoio a 2 dos inquiridos) ou a SCM (em que dos 15 inquiridos apenas 4 frequentam o espaço).

Não se verifica, assim, um nível de dependência a estas instituições por parte dos inquiridos, havendo apenas necessidades pontuais a serem superadas, como a deslocação ao centro de saúde ou a frequência a grupos sociais ou clubes. Com estes resultados conseguimos identificar que o único apoio a nível de serviços sociais é aquele realizado apenas na ASE não existindo um apoio em rede por parte das entidades. A menor frequência a estes serviços também está directamente relacionada com a dificuldade de comunicação que é sentida no acesso a estes serviços, por parte das pessoas surdas. É o Assistente Social que tem em atenção a necessidade das pessoas surdas em efectuar estas deslocações e que os auxilia na mesma. Como refere Guadalupe (2011), “para que a rede primária possa constituir-se e manter-se como suporte, é essencial que tenha uma outra rede que a apoie. Esta rede de suporte é geralmente constituída pelas instituições, ou redes secundárias” (Guadalupe 2011:8). Concluindo a análise a esta temática, a instituição onde as pessoas surdas encontram um local onde as suas necessidades são compreendidas e respondidas e a sua crescente autonomia estimulada é a ASE.



A (In) Exclusão das pessoas surdas

Quadro 3.19. – Actividades e frequência de participação em actividades

	Não frequentada	Todos os dias	1x por semana	2x por semana	3x por semana	4x por semana ou mais	Quinzenal	1x por mês	N
	Frequência	Frequência	Frequência	Frequência	Frequência	Frequência	Frequência	Frequência	
Café	1	7	3	2	0	2	0	0	15
Igreja	11	1	0	0	0	1	0	2	15
Ginásio	13	1	1	0	0	0	0	0	15
Associações	0	0	2	1	0	1	5	6	15
Piscina	11	1	0	1	0	0	0	2	15
Cinema	9	0	0	0	0	0	1	5	15
Biblioteca	11	0	1	0	0	0	0	3	15
Museu	11	0	0	0	0	1	0	3	15

Ao analisarmos o Quadro 3.19., pudemos constatar que as pessoas surdas inquiridas frequentam com maior incidência o *café*. As actividades de lazer e cultura tornam-se quase nulas, como o *museu*, a *biblioteca* e a *piscina*. É determinante uma menor incidência das práticas relacionadas à religião.

Acentua-se aqui uma escassez de oferta de oportunidades neste caso primordialmente marcada num crescimento esquecido de uma cultura surda que incorpore a possibilidade de participação em actividades culturais. Acresce assim, a “exclusão como falta de comunidade política (direitos iguais), impedimento de participação, de identificação com a vida colectiva, de sucesso das trocas económicas, do trabalho, dos laços familiares, da cultura” (Dominique Schnaper 1996 citado em Vicente de Paula Faleiros 2006:3).

A (In) Exclusão das pessoas surdas

Quadro 3.20. - Grau de satisfação perante o apoio prestado

	N	Não sabe/Não se aplica	Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Moderadamente satisfeito	Muito satisfeito	Totalmente satisfeito
Seg.Social	15	2	0	10	0	3	0
SCM	15	7	2	5	0	1	0
Câmara Municipal/Junta	15	5	1	6	2	1	0
ASE	15	0	0	0	1	8	6
Bomb/CVP	15	6	2	4	2	1	0
Serviços Sociais Escolares	15	9	1	2	1	2	0
Serviços Creche	15	9	2	0	2	2	0
Centro Saúde	15	4	0	5	3	3	0
Família	15	0	2	4	1	4	4
Vizinhos/Amigos	15	2	0	2	5	5	1
Colegas de trabalho	15	4	3	0	3	5	0
Grupos S./Clubes/M.Igreja	15	7	3	2	3	0	0

Ao analisarmos constatamos que existe uma maior incidência de satisfação em relação à ASE, à família, aos vizinhos/amigos e colegas de trabalho. Tal facto, faz nos verificar que o grau de satisfação e o recurso às mesmas perante as redes de apoio primário é mais elevado do que a utilização e o grau de satisfação das redes de apoio secundário. Excluimos, desde já, a ASE que, sendo a instituição mais próxima dos utentes é aquela que suporta e apoia os utentes nas diversas vertentes e sistemas.

As necessidades das pessoas surdas são muitas, e a família sendo a rede de suporte social mais imediato devem ter instituições como alicerces que permitam o fortalecimento de outros laços sociais e que fomentem a participação social e cidadania.

## CONCLUSÃO

O serviço social é uma disciplina em que o principal objectivo de intervenção consiste em promover a mudança social, enfrentando as vulnerabilidades sociais e incorporando, para tal, as políticas sociais, colaborando com aqueles que se encontram em situação de fragilidade, contribuindo para o bem-estar social e respondendo às necessidades pontuais ou a longo prazo. Assim o Serviço Social é definido como uma profissão que promove a mudança social, a resolução de problemas nas relações humanas e o reforço da emancipação das pessoas para promoção do bem-estar. Ao utilizar teorias do comportamento humano e dos sistemas sociais, o Serviço Social intervém nas situações em que as pessoas interagem com o seu meio.

Desde modo, o serviço social contribui para a regulação social encontrando o equilíbrio entre a inclusão e a exclusão social, promovendo assim a inclusão social e permitindo o acesso, entre outros, aos direitos sociais. Efectivamente, no estudo em questão tomou-se consciência da crescente necessidade de inserção social, não só a nível de participação social mas também a necessidade de criação de instituições ou a reformulação das mesmas a fim de disponibilizarem meios para que as pessoas surdas se possam integrar e interagir entre a própria comunidade surda mas também com ligação a membros da sociedade ouvinte. Cria-se assim a necessidade de um compromisso público com a justiça social, a equidade, a mudança social, a solidariedade e autonomia. Através da rede de compromissos entre o assistente social, instituições, a comunidade ouvinte e a comunidade surda, criar-se-ia uma igualdade de oportunidades mais equitativa na defesa pelos direitos humanos e sociais satisfazendo algumas das necessidades sociais básicas mais emergente da comunidade surda.

A presente dissertação deixou claro que se torna imprescindível que as instituições consigam criar e alargar os direitos cívicos e sociais das pessoas surdas, criando estratégias com profissionais qualificados para o cumprimento das mesmas. Através da análise dos resultados da investigação parece-me ser uma estratégia possível do assistente social promover o desenvolvimento centrado nas pessoas com o objectivo de um fortalecimento da autonomia das pessoas e participação social, através da proeminência das pessoas, abordando assim, os diversos níveis, desde social, económico, político e cultural, de acordo com as necessidades da comunidade surda ou das pessoas surdas caso a caso. Este fortalecimento, compreende a necessidade do profissional considerar as questões históricas do sujeito e as suas relações particulares, com vista à ampliação do seu poder, saber e dos seus capitais

(Faleiros 2002). É necessário assim, o serviço social fomentar o empowerment, fortalecendo os direitos e participação das pessoas surdas capacitando-as para a autonomia e criando mecanismos no sentido de estas terem total controlo sobre as suas trajectórias sociais através da participação e inserção na sociedade, criando justiça social. Como refere Faleiros (2001), a base do serviço social e a sua estratégia deve passar por implementar o empowerment do sujeito, seja individualmente ou inserido numa comunidade de forma a reter a sua auto-estima, a sua autonomia e a sua cidadania. É necessário analisar que a pessoa surda precisa de defender os seus direitos em primeiro lugar como cidadão de forma, também, a elevar a sua cidadania, devendo o empowerment ser contextualizado a partir das relações sociais mais gerais e complexas e não separado a partir das fragmentações (Faleiros 2001: 329).

Constatámos ainda, na presente investigação, que a família e as demais redes de contacto próximas são aquelas que mais auxiliam as pessoas surdas nos desafios com que se deparam diariamente sendo que a intervenção no seio destas é o único motor de fortalecimento da sua cidadania e participação social. A ASE encontra-se aqui como a única instituição que promove a partilha dos problemas tentando reduzi-los e ao mesmo tempo encontrando estratégias que possam envolver em rede a comunidade surda e ouvinte, tentando consciencializar a comunidade ouvinte para o princípio da equidade pressupondo o respeito pelo outro.

É assim de notar que para um apoio ser completo, tanto a nível do quotidiano, visto como um apoio pontual, como por exemplo, num apoio financeiro, material, moral como num apoio visto a longo prazo como o aumento da participação das pessoas surdas na vida social, cultural, económica e política, tem que passar não só nas redes de apoio como redes de pessoas mas também redes de circulação de uma grande variedade de bens e serviços (Vasconcelos 2005:602).

É importante salientar, que do ponto de vista das pessoas surdas inquiridas os maiores desafios centram-se na falta de apoio a nível da procura de trabalho, isto é, a inserção no mercado de trabalho por parte das pessoas surdas bem como a inserção a nível social. Para que tal seja alterado é imprescindível uma actuação de mudança e sensibilização precoce no que respeita aos acessos aos serviços de saúde, necessitando da criação de postos de trabalho, como uma intérprete de língua gestual nestes serviços, ou disponibilização de cursos básicos de língua gestual portuguesa às pessoas ouvintes de forma a contribuírem para uma inclusão das pessoas surdas na sociedade. A língua gestual é a língua usada pela comunidade surda que pode e deve ser constituída por pessoas surdas e por pessoas ouvintes. Desta forma, não só estamos a contribuir para o crescimento da cultura surda e da inclusão das pessoas surdas na

sociedade como também estamos a contribuir para a inserção no mercado de trabalho das pessoas surdas e a apoiar e expandir de forma activa associações como ASE ou a ASP, podendo até fomentar a existência de mais parcerias entre diversas instituições de carácter social a este nível.

No que concerne ao sistema familiar como o meio mais recorrente a fim das pessoas surdas suprimirem as suas maiores necessidades há que ressaltar que, apesar da família ser um sistema essencial na estrutura interventiva, a intervenção deve funcionar como uma realidade sistémica onde devem haver trocas entre a família e os demais sistemas. Como refere Alarcão (2006), é importante que o sistema familiar tenha um dinamismo próprio com autonomia e individualidade, para encontrar o equilíbrio necessário é preciso que integre influências externas, estando em parte esse equilíbrio dependente delas e da força da interacção com as mesmas. Assim, para que a intervenção do assistente social seja completa deve permitir e impulsionar o intercâmbio entre o sistema familiar e o exterior contribuindo para o seu desenvolvimento e bem-estar e consequentemente para a sua inserção nos diversos sistemas.

Como pudemos constatar, é essencial para a pessoa surda que todos os sistemas se complementem e se relacionem entre si de forma a criar uma estabilidade. O sistema familiar e social verificou-se como crucial no apoio á pessoa surda pois sem a partilha de valores e um bom sistema familiar a dinâmica na sociedade desmorona-se, os sistemas desequilibram-se e acresce o nível de exclusão da pessoa surda.

De acordo com a literatura analisada e como pudemos observar é crucial a comunicação como factor determinante das relações sociais e familiares bem como expressão para a inclusão das pessoas surdas. Se a comunicação no seio familiar comum pode adquirir barreiras por não coincidência entre o conteúdo da comunicação emitido pela fonte da comunicação e a mensagem percebida pelo destinatário, nas relações sociais e familiares das pessoas surdas esse equilíbrio e instabilidade é uma das maiores razões para o sentimento de exclusão social das mesmas. Esta investigação revelou também que, a comunicação apresenta-se como factor primordial para facilitar as relações entre os membros da família e o meio social, inclusive nos serviços de atendimento ao público, e será determinante no desenvolvimento pessoal e social das pessoas surdas.

Esta investigação tinha como objectivos: Caracterizar do ponto de vista socio demográfico as pessoas surdas apoiadas pela ASE; Avaliar o processo de Inclusão Social das pessoas surdas; Compreender a intervenção dos Assistentes Sociais na inclusão das pessoas surdas; Explicitar do ponto de vista das pessoas surdas quais os maiores desafios do seu

quotidiano e encontrar propostas de prevenção e apoio á integração de pessoas surdas na sociedade. Face ao exposto, acreditamos ter atingido os objectivos a que nos propusemos.

É de ressaltar que já foi percorrido um longo caminho no que respeita á mudança de mentalidades relativamente á pessoa surda, bem como na defesa dos direitos da pessoa surda, mas, um longo percurso deve ainda ser caminhado e muitas barreiras devem ser ultrapassadas de forma a que a inclusão das pessoas surdas caminhe positivamente. Pretende-se o auxílio para uma sociedade mais equitativa onde fomente o respeito pela diferença e imperem valores baseados no respeito pelos direitos humanos, participação de todos, justiça social e inclusão social. Para além disso, o presente estudo pretende ser um contributo para o longo caminho que ainda está por traçar, ressaltando a necessidade de projectos e investigações na área da surdez.

É de mencionar que a amostra seleccionada pode não reflectir totalmente toda a realidade das pessoas surdas, pois, como já foi mencionado, devido a metodologia seleccionado é um desafio para as pessoas a percepção e resposta aos questionários tornando-se, também, extremamente cansativo para as mesmas. Para além disso, a comunicação ainda é uma limitação, pois toda a fase de investigação teve de ser acompanhada pelo Assistente Social da ASE e intérprete de língua gestual portuguesa.

Face ao exposto e para concluir, ao longo da investigação surgiram algumas pistas para trabalhos futuros nesta área. Ao longo da investigação senti que seria benéfico uma continuidade da mesma mas entre as duas instituições mais fortes de apoio às pessoas surdas: ASE e APS. Através da aplicação de um estudo misto, que combina o método quantitativo com o método qualitativo, entrevistas e questionários, seria interessante entrevistar os dois assistentes sociais das duas associações, implicando saber as estratégias de intervenção e perante isso criar parcerias, através do trabalho em rede, de forma a aumentar a qualidade de vida das pessoas surdas.

## **BIBLIOGRAFIA**

Adams, Robert, Lena Dominelli e Malcolm Payne (2005), *Social Work Futures – Crossing Boundaries, transforming practice*, New York, Palgrave Macmillan.

Alarcão, Madalena (2006), *(Des) Equilíbrios familiares: uma revisão Sistémica*, Coimbra, Quarteto.

Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Isabel Nicolau e Elisabeth Reis (1992), *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

Bispo, Maria, André Couto, Maria do Céu Clara, Luís Clara (2006), *O Gesto e a Palavra: Antologia de textos sobre a Surdez*, Lisboa, Edições Caminho.

Byrne, David (1999), *Social Exclusion*, Great Britain, Graphicraft Limited.

Cavaco, Cristina, (s.a.), *PartNet: Dialogo Civil na luta contra a Exclusão Social: Intercooperação e desenvolvimento*, Lisboa.

Carmo, Helena (1996), *Exclusão Social – Rotas de Intervenção*, Universidade técnica de Lisboa, Lisboa.

Costa, Alfredo Bruto da (2001), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva.

Dornelas, António; José Madureira Pinto et al; Jorge Sampaio (2000), “Pobreza, Exclusão: Horizontes de Intervenção”, Debate promovido pelo Presidente da República durante a Deslocação a *Projectos de Luta Contra a Pobreza*, IN-CM, Lisboa.

Faleiros, Vicente de Paula (2002), *Estratégias em Serviço Social*, São Paulo, Cortez,

Faleiros, Vicente Paula (2001), “Desafios do Serviço Social na Era da Globalização”, [autor do livro] Helena Mouro e Dulce Simões, *100 anos de Serviço Social*, Coimbra, Quarteto.

Faleiros, Vicente Paula (2006), “Inclusão Social e Cidadania”, Palestra proferida na ICSW32 *International Conference on Social Welfare*, Brasília, 17 de Julho de 2006.

Giddens, Anthony (2007), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Guadalupe, Sónia (2009), *Intervenção em Rede – Serviço Social, Sistémica e Redes de Suporte Social*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

Guadalupe, Sónia (2011), “A Família de pessoas com necessidades especiais e Redes Sociais”, *Revista Diversidades*, (online), 32.

Disponível em:

[http://www.academia.edu/763247/A\\_Familia\\_de\\_Pessoas\\_com\\_Necessidades\\_Especiais\\_e\\_Red\\_Sociais](http://www.academia.edu/763247/A_Familia_de_Pessoas_com_Necessidades_Especiais_e_Red_Sociais)

Ivic, Ivan (1978), “Lev S. Vygotsky”, *Prospects: the quarterly review of comparative education*, (Online), 3/4 vol. XXIV

Disponível em:

[http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user\\_upload/archive/publications/ThinkersPdf/vygotske.pdf](http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/archive/publications/ThinkersPdf/vygotske.pdf)

Ivic, Ivan; Edgar Pereira Coelho (2010), *Lev Semionovich Vygotsky*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.

Kern, Francisco Arseli (2005), *As mediações em redes como estratégia metodológica no serviço social*, Porto Alegre, EDIPUCRUS

Nowak, Jurgen. (2001). O Trabalho Social de Rede – A Aplicação das Redes Sociais no Trabalho Social”, [autor do livro] Helena Mouro e Dulce Simões, *100 anos de Serviço Social*, Coimbra, Quarteto.

Orquídea, Coelho (2005), *Perscrutar e Escutar a Surdez*, Lisboa, Edições Afrontamento.

Payne, Malcolm (2002), *Teoria do trabalho social moderno*, Coimbra, Quarteto.



Pereira, Sílvia Maria Fernandes (2007), *Surdez: a satisfação com os cuidados de enfermagem*, Dissertação de Mestrado em Enfermagem, Ponte de Lima, Universidade Fernando Pessoa.

Porto, Associação de Surdos do (2001), “Carta dos Direitos da Pessoa Surda”, Comunicação apresentada no III *Congresso Nacional de Surdos*, 27 de Abril de 2001, Beja.

Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

Sarmiento, Manuela (2008), *Guia prático sobre metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada*, Lisboa, Universidade Lusíada.

Sim Sim, Inês (2005), *A criança surda: Contributos para a sua educação*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Simões, Dulce, Helena Mouro (2001), *100 Anos de Serviço Social*, Coimbra, Quarteto Editora.

Soulet, Marc Henry (2000), *Da não integração: Tentativas da definição teórica de um problema social contemporâneo*, Coimbra, Quarteto Editora.

Therborn, Göran (2010), *Os Campos do extermínio da Desigualdade*, Novos estudos, São Paulo, CEBRAP.

Vasconcelos, Pedro, Sofia Aboim (1997), “Robert Rowland: População, Família, Sociedade: Portugal Séculos XIX-XX”, *Revista Análise Social*, vol. XXXIV, pp. 784-792.

Vygotsky, L.S. (1993), *Pensamento e Linguagem*, São Paulo, Martins Fontes.

Xiberras, Martine (1993), *As teorias da Exclusão – Para uma construção do imaginário do desvio*, Lisboa, Instituto Piaget.

## **Legislação**

Constituição da República Portuguesa

Despacho nº 7520/98 (2ª série) dos gabinetes de secretariado do estado da administração educativa e da educação e inovação

Diário da república, 1ª série, Nº146, 30 de Julho de 2009 Protocolo Opcional á convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência

## **Páginas Electrónicas**

<http://www.asurdosevora.org/>

## **ANEXOS**

## ANEXO A

### **DESPACHO Nº7520/98 (2ªSÉRIE) DOS GABINETES DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA E DA EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO**

Construir uma escola democrática e de qualidade, capaz de garantir a todos o direito à educação e uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares, implica necessariamente que o sistema educativo consagre os mecanismos de resposta à heterogeneidade social, cultural e linguística que caracteriza a comunidade escolar da nossa sociedade.

A educação das crianças e dos jovens deverá, assim, ser realizada num ambiente que possibilite o seu máximo de desenvolvimento cognitivo, linguístico, emocional e social. Torna-se, por isso, fundamental que o acesso à informação seja feito através de processos que possibilitem uma comunicação directa e sem restrições.

No caso das crianças e dos jovens surdos, estes processos encontram-se muitas vezes limitados pela natural dificuldade no uso da linguagem oral e pela falta de condições que possibilitem o uso da língua gestual de forma eficiente.

A crescente evidência da importância das comunidades linguísticas de referência no processo de desenvolvimento de qualquer língua, incluindo a gestual, pressupõe que as condições necessárias à educação de crianças e jovens surdos sejam organizadas com particular atenção.

Neste sentido, várias têm sido as orientações emanadas por diversas organizações internacionais, nomeadamente:

O Parlamento Europeu, através do documento A2-302/87, faz um apelo aos governos dos Estados membros para que sejam reconhecidas as línguas gestuais e para que a língua gestual de cada país passe a fazer parte integrante da educação dos surdos;

A Resolução n.º 48/96 das Nações Unidas, de Março de 1994, Normas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, aponta para as necessidades desse prever a utilização de língua gestual na educação dos surdos e de se garantir a presença de intérpretes como mediadores da comunicação, mencionando, explicitamente, que dadas as suas especificidades, as crianças surdas constituem um caso especial no que diz respeito à integração no ensino regular;

A Declaração de Salamanca de 1994 sobre Princípios, Política e Práticas na área das necessidades Educativas Especiais enfatiza a necessidade de os surdos terem acesso à educação através da língua gestual do seu país, reconhecendo que, devido às necessidades específicas dos surdos, é possível que a sua educação possa ser ministrada de forma mais adequada em escolas especiais ou em unidades ou classes especiais nas escolas de ensino regular.

Por sua vez, Portugal avançou no estabelecimento de condições básicas para a educação de surdos, ao consagrar, na alínea h) do artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa, que, na realização da política de ensino, incumbe ao Estado «proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades».

Sabe-se hoje que, dadas as necessidades da população surda ligadas às aprendizagens que requerem o domínio cumulativo da língua portuguesa, nomeadamente no âmbito da

escrita, e tendo em consideração as opções educativas actualmente disponíveis para essa população, é fundamental assegurar, a nível do ensino, um processo que, simultaneamente, dê acesso ao domínio da língua gestual portuguesa como forma de comunicação privilegiada e ao domínio do português escrito como forma de alargamento da comunicação e como instrumento de aprendizagem.

Desta forma, a educação de crianças e de jovens surdos deverá ser feita, preferencialmente, em ambientes bilingues, que possibilitem o domínio da língua gestual portuguesa e o domínio do português escrito e eventualmente falado, respeitando-se, nesta matéria, as opções dos pais no que respeita ao contexto linguístico/educativo em que o seu filho será inserido.

Para que a criança surda domine, o mais cedo possível, a língua em resultado de um processo de aquisição natural e espontâneo, ela necessita de estar inserida num grupo de socialização constituído por pessoas que utilizem a língua gestual portuguesa, pelo que a sua educação deve ser indicada o mais precocemente possível, sempre em grupos de crianças surdas, com adultos surdos que utilizem a língua gestual, evitando-se o isolamento em qualquer das idades.

Entretanto, para que o crescimento linguístico aconteça neste ambiente de socialização, para que o desenvolvimento da mestria linguística dos alunos surdos seja possível, assume-se que a escola deve reger-se por princípios que orientem o ensino da língua gestual portuguesa e do português e eventualmente falado do primeiro ao último ano de escolaridade. Nesta linha de pensamento, compete à escola contribuir para o crescimento linguístico dos alunos surdos, estimulando-lhes o desenvolvimento da língua gestual e promovendo a aprendizagem das competências linguísticas que não decorrem do processo natural de aquisição. Também o nível de mestria atingido na leitura e na expressão escrita constitui um factor de sucesso na generalidade das disciplinas curriculares.

O desenvolvimento das orientações e dos princípios agora enunciados leva a que se torne necessário criar novas respostas educativas que assegurem um processo de ensino/aprendizagem mais adequado às necessidades dos alunos surdos e que introduzam melhorias significativas na qualidade do ensino até aqui prestado.

Neste contexto as medidas previstas no presente despacho para a criação de unidades de apoio à educação de alunos surdos em estabelecimentos do ensino básico e secundário enquadram-se nos apoios educativos previstos no despacho conjunto n.º 105/97, de 1 de Julho, e vão ao encontro dos princípios consagrados na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema Educativo e, em particular, dos seus artigos 17.º e 18.º, inserindo-se numa linha de intervenção que visa garantir a todas as pessoas – crianças, jovens e adultos – a possibilidade de beneficiarem de oportunidades educativas orientadas para responder às suas necessidades educativas.

Nestes termos determino:

1 – O presente despacho define as condições para a criação e funcionamento de unidades de apoio à educação de crianças e jovens surdos nos estabelecimentos públicos do ensino básico e secundário, bem como a organização da resposta educativa nestas unidades para crianças e jovens surdos.

2 – As unidades de apoio à educação de crianças e de jovens referidos no número anterior constituem um recurso pedagógico das escolas que concentrem grupos de alunos surdos.

2.1 – As unidades de apoio à educação de crianças e jovens surdos têm como principal objectivo aplicar metodologias e estratégias de intervenção interdisciplinares, adequadas a

---

## A (In) Exclusão das pessoas surdas

crianças e jovens com diferentes graus de surdez, com ou sem problemas associados, visando o seu desenvolvimento educativo e a sua integração social e escolar.

3 – A definição das escolas em que serão criadas unidades de apoio à educação de crianças e de jovens deve tomar em consideração, entre outros, os seguintes factores:

- a) Existência de técnicos especializados, nomeadamente os referidos no n.º 5;
- b) Dimensão da escola em função da população escolar a abranger e localização da escola em termos geográficos;
- c) Índice de ocupação da escola, tendo em consideração o número de salas disponíveis;
- d) Disponibilidade de outros serviços, infra-estruturas e apoios, designadamente refeitório, transportes e actividades de complemento curricular.

4 – As escolas com unidades de apoio à educação de alunos surdos concentrarão as crianças e os jovens surdos, de um ou mais concelhos, podendo, em função das necessidades detectadas, existir mais do que uma escola por concelho dotada de uma destas unidades.

5 – As escolas com unidades de apoio à educação de alunos surdos integram docentes com formação especializada nas áreas da comunicação e linguagem e da deficiência auditiva, preferencialmente com formação em língua gestual portuguesa.

5.1 – As escolas com unidades de apoio à educação de alunos surdos devem ainda integrar outros técnicos especializados, designadamente formadores de língua gestual portuguesa, intérpretes de língua gestual portuguesa e terapeutas de fala.

5.2 – A afectação de docentes e de outros técnicos às escolas com unidades de apoio à educação de alunos surdos rege-se pelo disposto no despacho conjunto n.º 105/97, de 1 de Julho, que estabelece o regime aplicável à prestação de serviços de apoio educativo.

6 – A organização da resposta educativa para as crianças e jovens surdos pode ser determinada pelo grau de surdez, pelo nível de desenvolvimento cognitivo, linguístico e social, pela idade e pelo envolvimento e participação da família.

6.1 – As opções educativas devem ser flexíveis, assumindo carácter individual e dinâmico, e pressupõem uma avaliação constante do processo de ensino/aprendizagem do aluno.

6.2 – As crianças entre os três e os seis anos devem, preferencialmente, frequentar jardins-de-infância de crianças ouvintes, cumprindo parte do seu programa educativo, em pequeno grupo, nas salas de jardins-de-infância das unidades de apoio à educação de crianças surdas.

6.3 – Os alunos surdos pós-linguísticos realizam, preferencialmente, o seu percurso escolar em turmas de ouvintes, devendo, contudo, evitar-se a sua inserção isolada em turmas de alunos ouvintes.

6.4 – Os alunos surdos pré-linguísticos realizam o seu percurso escolar no 1.º ciclo, preferencialmente, em turmas de alunos surdos, de forma a poderem desenvolver e estruturar melhor a língua gestual portuguesa e receber todo o ensino nesta língua, sem prejuízo da sua participação com os alunos ouvintes em actividades lúdicas e culturais, bem como áreas curriculares específicas.

6.5 – Os alunos surdos pré-linguísticos que frequentam os 2.º e 3.º ciclos de ensino básico e secundário devem, preferencialmente, estar inseridos em turmas de ouvintes com a presença de um intérprete de língua gestual portuguesa, sempre que os conteúdos curriculares o permitam, podendo também frequentar turmas de alunos surdos sempre que daí resulte maior benefício para o cumprimento do currículo.

6.6 – Os alunos surdos com problemas associados devem fazer o seu percurso escolar em turmas em que possibilitem o recurso a modificações curriculares e a metodologias e estratégias adequadas às suas necessidades educativas específicas.

---

A (In) Exclusão das pessoas surdas

7 – Às escolas com unidades de apoio à educação de alunos surdos compete:

- a) Assegurar o desenvolvimento da língua gestual portuguesa como primeira língua;
- b) Assegurar as medidas pedagógicas específicas necessárias ao domínio do português, nomeadamente a nível da escrita e da leitura;
- c) Assegurar os apoios a nível da terapia da fala e do treino auditivo às crianças e jovens que deles possam beneficiar;
- d) Criar espaços de reflexão e de formação sobre estratégias de diferenciação pedagógica;
- e) Proceder às modificações curriculares necessárias;
- f) Organizar e apoiar os processos de transição entre os diferentes níveis de educação e de ensino;
- g) Promover e apoiar o processo de encaminhamento profissional dos alunos;
- h) Programar e desenvolver acções de formação de língua gestual portuguesa para professores, pessoal não docente, pais e familiares;
- i) Colaborar com as associações de pais e com as associações de surdos na organização de acções de sensibilização sobre a surdez;
- j) Planear e participar, em colaboração com as associações de surdos ou com as pessoas surdas da comunidade, em actividades recreativas e de lazer dirigidas a jovens surdos e ouvintes, visando a interacção social entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte.

8 – As escolas com unidades de apoio à educação de alunos surdos devem estar apetrechadas com equipamentos essenciais às necessidades específicas da população surda.

8.1 – Consideram-se equipamentos essenciais ao nível da escola os seguintes: televisor e vídeo; câmara de vídeo; retroprojector; computador com impressora; sinalizadores luminosos das campainhas em todas as portas das salas de unidades; adaptação com visualizadores de todos os sinais sonoros, como a campainha de início e fim de aulas; telefone de texto, *telex*, dicionários, livros e CD de língua gestual sobre a língua gestual portuguesa e sobre a cultura e história da comunidade surda.

9 – No prazo de 60 dias a contar da data da publicação do presente despacho, os directores regionais de Educação definirão para a respectiva área geográfica a rede de estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário com unidades de apoio à educação de crianças e jovens surdos.

10 – Compete ao conselho de acompanhamento dos apoios educativos, definido no n.º 19 do despacho conjunto n.º 105/97, de 1 de Julho, orientar e incrementar o desenvolvimento de unidades de apoio à educação de alunos surdos.

10.1 – As unidades de apoio à educação de alunos constituem um apoio educativo ao serviço de uma área geográfica, a definir caso a caso, estando em termos administrativos e funcionais ligadas às escolas a que pertencem, sendo pedagogicamente coordenadas pela equipa de coordenação dos apoios educativos, definida nos termos do despacho conjunto n.º 105/97, de 1 de Julho.

17 de Abril de 1998. – A secretária de Estado da Educação e Inovação, *Ana Benavente*.

**ANEXO B**

**QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS PESSOAS SURDAS**



**Nº. do Inquérito**

--	--

Questionário

Este questionário é realizado no âmbito do mestrado em Serviço Social no Instituto Universitário de Lisboa. É um auxílio ao estudo sobre a Inclusão e Exclusão de pessoas surdas nos diversos sistemas.

Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera.

Este questionário é de natureza confidencial. O tratamento deste, por sua vez, é efectuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o seu anonimato é respeitado.

**I – Caracterização Socio-demográfica**

I. Idade: \_\_\_\_\_ anos

S. Sexo

1. Masculino  2. Feminino

SF. Situação de Facto

1. Casado/a ou em União de Facto

2. Solteiro/a



---

A (In) Exclusão das pessoas surdas

3. Viúvo/a
4. Divorciado/a ou Separado/a

**HL. Habilitações Literárias**

1. Não sabe ler nem escrever
2. Sabe ler e escrever mas não concluiu o Ensino Primário / 1.º Ciclo
3. Ensino Primário / 1.º Ciclo completo
4. Ciclo Preparatório (6.º ano) ou equivalente
5. 9.º Ano de Escolaridade ou equivalente
6. 11.º/12.º Ano de Escolaridade ou equivalente
7. Curso Médio
8. Curso Superior

**P. Profissão:**

1. Reformado/a  Qual a profissão que exercia? \_\_\_\_\_
2. Desempregado/a  Qual a profissão que exercia? \_\_\_\_\_

Há quanto tempo se encontra desempregado?

Menos de 1 ano  De 1 a 5 anos  Mais de 5 anos

3. Estudante

4. Doméstica

5. Outra profissão  Qual? \_\_\_\_\_

**RM. Rendimento:**

1. Igual ou inferior ao salário mínimo nacional (475€)

---

A (In) Exclusão das pessoas surdas

2. Entre 475€ e 950€ (2 vezes o salário mínimo nacional)
3. Entre 950€ e 1425 € (3 vezes o salário mínimo nacional)
4. Superior a 1425 €

**FR. Quais são as suas fontes de rendimento:**

1. Salário
2. Apoios/ajudas de outros membros da família
3. Apoios/ajudas de outros membros fora da família (vizinhos/amigos)
4. Apoio Social (subsídios)
5. Reforma
6. Pensões
7. Outros

Qual/Quais \_\_\_\_\_

**H. Habitação**

A casa onde reside é:

1. Casa própria
2. Casa arrendada
3. Casa cedida
4. Casa de outros familiares
5. Outra situação

Qual/Quais \_\_\_\_\_

---

A (In) Exclusão das pessoas surdas

**CH.** Quanto às condições de habitabilidade, como avalia, globalmente, a casa onde reside?

1	2	3	4	5
(Muito Má)	(Má)	(Razoável)	(Boa)	(Muito Boa)
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**HNF.** Acha que a sua casa responde às necessidades da sua família?

1. Sim  2. Não

Se respondeu **NÃO**, indique por favor as razões principais:

1. Tem algumas/muitas escadas
2. Não tem condições de saneamento básico
3. O n.º de divisões é insuficiente
4. Falta de segurança
5. Tem problemas de humidade
6. Tem pouca luz
7. Não possui equipamentos suficientes que são necessários às necessidades (ex: Sistema luminoso como campainha, etc)
8. Outras \_\_\_\_\_

**TAP.** Aquando do ensino escolar teve algum apoio específico?

1. Sim  2. Não

Se respondeu **SIM**, indique por favor quais os tipos de apoios:

1. Económicos (p.e. bolsas escolares)
2. Educativos (p.e. adaptado a dificuldade de audição)

A (In) Exclusão das pessoas surdas

3. Outros: \_\_\_\_\_

**SMD.** Assinale as áreas/sistemas em que sente menos apoio ou estes sejam nulos e consequentemente maiores dificuldades no desempenho do seu dia-a-dia:

- 1. Trabalho/Emprego (ex. inserção no mercado de trabalho, etc)
- 2. Saúde (ex. Acessibilidade aos serviços e acompanhamento ao mesmo)
- 3. Lazer/Cultura (ex. espaços culturais adaptados)
- 4. Economico (ex. acesso a sistema de pensões)
- 5. Social (ex. apoios da família/amigos ou associações)

<b>FCI.</b> Contactos e frequência de contactos com:	<b>Não</b>	Todos os dias	1 X sem.	2 X sem.	3 X sem.	4 x sem.	5 X sem.	6 X sem	Quinzenal	1 X mês
1. Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Amigos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Vizinhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Colegas Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Outras _____										

<b>FCF.</b> Contactos e frequência de contactos com:	<b>Não</b>	Todos os dias	1 X sem.	2 X sem.	3 X sem.	4 x sem.	5 X sem.	6 X sem	Quinzenal	1 X mês
1. Segurança Social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Santa Casa Misericórdia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Camara Municipal/Junta de Freguesia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Associações (Associação Surdos de Évora)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Bombeiros/ Cruz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

A (In) Exclusão das pessoas surdas

Vermelha

<b>6. Apoio Escolar/Universitário</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>7. Creche/ Jardim-de-infância</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>8. Centro de Saúde/ Médico de família</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>9. Grupos sociais/ clubes/ membros da igreja</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>10. Outras _____</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<b>FAP. Actividades e frequência de participação em actividades:</b>	<b>Não</b>	Todos os dias	1 X sem.	2 X sem.	3 X sem.	4 x sem.	5 X sem.	6 X sem	Quinzenal	1 X mês
1. Café	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Igreja	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Ginásio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Associação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Piscina	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Cinema	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Biblioteca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Museu	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**GS. Perante o apoio que lhe tem sido prestado para superar as suas necessidades, qual a sua satisfação para com:**

	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
	Nada Satisfeito	Pouco Satisfeito	Moderadamente Satisfeito	Muito Satisfeito	Totalmente Satisfeito
1. Segurança Social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Santa Casa da Misericórdia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

---

A (In) Exclusão das pessoas surdas

- |   |                          |                          |                          |                          |                          |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 3. Câmara Municipal/ Junta de Freguesia       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4. Associações (Associação Surdos de Évora)   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 5. Bombeiros/ Cruz Vermelha                   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 6. Apoio Escolar/Universitário                | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 7. Creche/ Jardim-de-infância                 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 8. Centro de Saúde/ Médico de família         | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 9. Família                                    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 10. Vizinhos/ Amigos                          | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 11. Colegas de trabalho                       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 12. Grupos sociais/ clubes/ membros da igreja | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 13. Outros. Quais?                            | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 

**PA.** Na sua opinião quais os maiores problemas com que se deparam as pessoas com dificuldades de audição/surdez?

---

---

**PAA.** Na sua opinião o que poderia ser feito para melhorar o dia-a-dia das pessoas com dificuldades de audição/surdez?

---

---

**OBRIGADO PELA ATENÇÃO**



[eesilvagaio.wordpress.com](http://eesilvagaio.wordpress.com)

## CURRICULUM VITAE

### SOFIA ISABEL FERREIRA BATISTA

MORADA: Villa Nova de Alpedriche, Estrada das Salvadas

TELEFONE: 266734141 | TELEMÓVEL: 961830116

E-MAIL: sofybatista@hotmail.com

DATA DE NASCIMENTO: 02-12-89

NATURALIDADE: Évora

BILHETE DE IDENTIDADE: 13266188

CONTRIBUINTE: 251760618

CARTA DE CONDUÇÃO: Ligeiros

---



### Habilitações Literárias

- ◆ Finalizei o 12.º ano de escolaridade (Curso científico humanístico de ciências e tecnologias) em 2007 na Escola Secundária Gabriel Pereira em Évora com média de 13 valores;
- ◆ Finalizei a Licenciatura em Sociologia na Universidade de Évora em 2010 com a classificação de 13 valores;
- ◆ Pós-graduação em Serviço Social no ISCTE (2010/2011) com a classificação de 14 valores;
- ◆ Estágio Profissional na Santa Casa da Misericórdia de Évora na área de sociologia com duração

---

### A (In) Exclusão das pessoas surdas

de 9 meses (2010/2011) com funções de planificação de actividades lúdicas desenvolvendo acções em parceria com a comunidade, trabalhando com uma equipa de profissionais como psicóloga e assistente social.

- ◆ Curso Nível I de Língua Gestual Portuguesa na ASE (2011/2012).

## **Formação Realizada/Experiência Profissional**

- ◆ Experiência profissional na área de seguros, ramo automóvel, com a duração de 1 ano (2012/2013);
- ◆ Curso de Inglês, relações laborais, com a duração de 100 horas realizado pelo IEFP (2013);
- ◆ Workshop de gestão de stress dinamizado pelo departamento de formação da reditus business solutions S.A. (2012);
- ◆ Workshop de gestão de tempo dinamizado pelo departamento de formação da reditus business solutions S.A. (2012);
- ◆ Voluntariado na Cruz Vermelha Portuguesa com crianças e jovens – Delegação de Évora (Início em 2009);
- ◆ Estágio curricular na área de Mediação de Seguros, na empresa Batista & Batista Soc. Mediação Seguros Lda (2008);
- ◆ Acção de formação sobre Suporte Básico de Vida - Organizada pela GARE e dinamizada por António Carrateiro (2007);
- ◆ Acção de formação “Mais tolerância, mais segurança – Hemiciclo do secundário”, Organizada pela GARE – Associação para a Promoção de uma Cultura de Segurança Rodoviária (2007) no Palácio de D. Manuel em Évora;
- ◆ Workshop de Língua Gestual Portuguesa promovido pela Câmara Municipal de Évora (2009);
- ◆ Encontro temático sobre a “Pobreza e a Família: Debilidades e Modelos de Intervenção”, organizado pelo Núcleo Distrital de Évora da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (2010) na universidade de Évora.



---

## A (In) Exclusão das pessoas surdas

- ◆ Encontro temático transfronteiriço sobre “ Envelhecimento Saudável” no Palácio de D. Manuel em Évora, promovido pela Cruz Vermelha Portuguesa em Novembro de 2010.
- ◆ Formação Modular sobre “Cuidados e Higiene da Pessoa Idosa” com a duração de 52 horas em Novembro/Dezembro de 2010.

## **Actividades Extra-Profissionais/Capacidades**

- ◆ Possuo o nível básico de informática (Navegação na Internet, Microsoft Office e domínio sobre vista e XP) e desenvolvi e aperfeiçoei os meus conhecimentos informáticos ao longo da licenciatura nomeadamente no programa SPSS na área das Estatísticas Sociais;
- ◆ Bastante capacidade de adaptação e flexibilidade a uma nova função, aprendizagem de sistemas informáticos rápida. Capacidade de Inovação e criatividade e bom relacionamento interpessoal.
- ◆ Pertenci, durante o ano de 2009/2010, ao Núcleo de Estudantes de Sociologia da Universidade de Évora (N.E.S.U.E.);
- ◆ Possuo bom nível de Língua Inglesa e conceitos básicos ao nível da língua Espanhola;
- ◆ Elaborei um projecto de investigação sobre “Formas de Relacionamento entre as Famílias Apoiadas pela Intervenção Precoce e as Redes de Apoio Social” a fim de finalizar a licenciatura em Sociologia;
- ◆ Concorri no ano de 2007 ao concurso de chocolataria para amadores ficando no primeiro lugar.